



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2038/05	DATA: 8/12/2005
INÍCIO: 10h44min	TÉRMINO: 13h39min	DURAÇÃO: 02h55min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h56min	PÁGINAS: 76	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ CARLOS DOS SANTOS - ex-Diretor da Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

RAUL LUIZ DIEFENBACH - Coronel da reserva da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, dono da Quality Treinamentos Especializados Ltda.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos e deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Declaro aberta a 47^a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Temos 2 depoimentos hoje: do Sr. Luiz Carlos dos Santos, ex-diretor da Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos do Rio de Janeiro; e do Sr. Raul Luiz Diefenbach, coronel da reserva da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, dono da Quality Treinamentos Especializados Ltda., para prestarem esclarecimentos sobre fatos relacionados com a apreensão de aproximadamente 3 mil cartuchos de calibre 40 na Operação Iperó (Chumbo Grosso III).

Vamos primeiro conversar com o Dr. Luiz Carlos dos Santos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu queria protestar contra a Mesa Diretora pelo atraso das passagens, dos recursos para a passagem. Porque nós hoje teríamos 2 presos, que não estão aqui em decorrência da demora para a liberação das passagens para que eles aqui estivessem. Então, eu acho que esta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O protesto de V.Exa. tem total pertinência. Ontem mesmo entramos em contato e solicitamos providências nesse sentido. Foi feito um acordo verbal com a burocracia da Mesa Diretora para que houvesse essa agilidade. Pelo que nos consta, talvez fosse muito mais de mal-entendido, de não saber da pressa que se tinha, do que outra coisa. Vou acreditar nisso. Conseqüentemente, daqui por diante nós temos a garantia da Mesa de que vai ter agilidade todo e qualquer processo da CPI, principalmente quando envolve pessoas que estão presas e que têm todo um protocolo a ser seguido.

Então, eu até agradeço a V.Exa., que veio ao amparo da Presidência desta CPI. Nós fizemos esse contato ontem mesmo, porque houve esse prejuízo. E tivemos o compromisso do chefe de gabinete do Presidente de que, de agora em diante, haverá agilidade nesses procedimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Espero que ocorra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu também! (*Risos.*)

Agradeço a V.Exa.



Dr. Luiz Carlos dos Santos, o senhor é ex-diretor da Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos. Nós tivemos algumas denúncias de algumas irregularidades que aconteceram nesse setor. Tivemos depoimentos, que também foram dados à CPI, falando de algumas irregularidades, em alguns casos citando seu nome como sendo o chefe e tal. De certa forma — os membros da CPI, se quiserem, podem me repreender —, disseram que o senhor fazia vista grossa muitas vezes para algumas coisas que aconteciam. Então, estou fazendo um preâmbulo, para o senhor poder colocar a sua versão de tudo que acontece lá. Porque nos deixou bastante preocupados não só aquele depósito de armas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, tem um depósito de armas patrimônio da Polícia e tem o depósito de armas apreendidas. O depósito de armas apreendidas parece que é um problema sério no Rio de Janeiro.

Então, V.Sa. teria o tempo que desejasse para poder contar para nós o que acontece.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Está ligado já?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está ligado.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Primeiramente, bom-dia. Eu queria agradecer também a oportunidade de poder estar aqui e expor efetivamente o que é a realidade. Bom, vou primeiro fazer um relato do que é a Divisão. Eu... Me chamou a atenção que, no ofício de convocação, estava escrito Divisão de Controle, e, na verdade, não é uma Divisão de Controle; é uma Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos — mas fiscalização no que tange à venda de arma no comércio em auxílio ao Exército. A Divisão, esta é um órgão administrativo; ela não pratica atos de Polícia Judiciária e tem a sua atividade determinada através de um decreto federal, que nos dá uma supletividade à atividade do Exército. Ou seja, o Exército dita as regras, e nós as cumprimos. Ela é responsável por guarda das munições que pertencem à Polícia, ao patrimônio da Polícia; guarda das armas patrimoniais; e do depósito das armas que são apreendidas em todo o Estado. É o depósito que V.Exa. citou. Primeiro, com relação a esse depósito das armas que são apreendidas, nós não temos controle sobre o motivo da apreensão. Nós apenas recebemos as armas oriundas ou das delegacias ou do Instituto de Criminalística. Essas armas ficam



acauteladas nessa Divisão e elas saem de lá nas seguintes oportunidades: por requisição judicial — o juiz determina que essa arma ou seja devolvida para o seu proprietário ou seja destruída ou seja encaminhada a juízo, quando necessário; por solicitação da autoridade policial responsável pela apreensão, que entende que não há mais necessidade de apreensão da arma; ou para destruição. No que se refere às armas patrimoniais, que também ficam sob a guarda da Divisão, essas armas, também elas, são entregues aos policiais para uso pessoal, como arma de defesa pessoal, mediante uma solicitação, um requerimento, pelo qual nós consultamos se esse policial está respondendo ou não a algum inquérito para podermos fazer a entrega da arma. Isso, as armas curtas. As armas longas, estas são acauteladas diretamente nos órgãos. Com relação à munição: as munições também ficam concentradas na Divisão. E elas saem do depósito da seguinte forma de controle: 1) sem justificativa, o policial, por questão de norma interna, o policial tem direito a uma caixa de munição por ano. Ele não precisa justificar esse pedido. É uma norma de se dar uma caixa de munição; 2) no caso de reposição. O policial utilizou a munição em serviço ou a munição que fica na carga da delegacia, porque tem a munição do policial e a munição da delegacia. Essa munição foi utilizada. Então, toda vez que essa munição é utilizada, ela tem que ser substituída. Nós pagamos — chamamos isso de pagar — a munição para repor, para que tanto o órgão quanto o policial não fiquem sem munição. E treinamentos; há solicitações também para fins de treinamento. Agora, como que elas saem? Bom, no caso do policial, o policial chega lá e apresenta sua carteira funcional. Tem-se uma ficha de controle de cada policial para se saber quando foi a última vez que o policial pegou essa munição. Dentro de um ano lhe é dada outra caixa. Ele assina um livro de registro, um livro de controle de saída dessa munição. Afora isso, as saídas de munições têm que ser feitas através de expedientes, solicitações. Bom, no caso de treinamento, o diretor ou responsável pelo órgão que dará o treinamento faz a solicitação por escrito. Essa solicitação é encaminhada à Divisão e, uma vez encaminhada à Divisão, autoriza-se a liberação da munição e encaminha-se para o setor de armamento, onde fica o depósito da munição. No que se refere à reposição das munições, necessário se faz, além da entrega do expediente, da solicitação, também uma cópia do registro de comunicações administrativas, que é um livro onde as delegacias registram todas as



ocorrências administrativas, entre elas o uso de munição. Então, junto com expediente vai esse registro, onde ali o delegado que está solicitando a munição consigna a utilização, como foi feita a operação, quanto de munição foi gasto etc. Esse expediente também é encaminhado à Divisão. Constatada a presença da solicitação da autoridade policial e do registro de comunicação administrativo, é encaminhado também ao setor de depósito, para a entrega da munição. Lá existem também uma ficha de controle de cada órgão e um livro. Na ficha de controle é registrada a munição que está saindo, para onde está saindo, e, no livro de controle, é registrado quem está pegando essa munição. Então, as munições, para saírem de lá, na verdade, elas passavam ou pelo gabinete da chefia de polícia, que tinha autorização para fornecer a munição, ou pelo gabinete do diretor. E aí eu consigno que eu fui diretor do órgão de janeiro de 2003 até fevereiro, se não me falha a memória, de 2004, só retornando em início de novembro — final de outubro, início de novembro. Lá permaneci até julho deste ano. Em julho eu saí novamente. Então, os expedientes, eles vão para o gabinete do diretor, para o diretor. Na verdade, o que se faz? O papel do diretor é fazer uma conferência dessa documentação, ou seja: tem a solicitação da autoridade? Tem — porque o maior número que sai é para reposição. Tem a cópia da comunicação administrativa feita pela autoridade que foi responsável pela operação? Tem. A gente encaminha, o diretor encaminha para o setor de depósito, e, lá, o chefe do setor entrega a munição, anota na ficha de controle do órgão e no livro de saída, onde o responsável por retirar essa munição passa o recibo. Quando eu assumi o depósito, no caso, quando eu assumi a Divisão, eis que na Divisão está incluído o depósito, eu... É normal a gente, quando assume um órgão, fazer uma espécie de levantamento das condições do órgão, como é que o órgão se encontra, o que é que tem. No que se refere a munição, que o senhor colocou, essas munições ficam guardadas em caixotes de madeira e diariamente várias unidades ficam dentro do setor, onde tem o balcão de atendimento, que são as munições que são entregues diariamente. Então, no início do dia, o chefe do setor abre o livro dizendo quantas munições tem e, no final, faz a checagem de quantas foram entregues naquele dia. Então, o volume maior fica num depósito afastado da Divisão — afastado, que eu digo, do gabinete do diretor, do chefe do depósito; afastado fisicamente — e essa parte de uso diário fica dentro do



setor, que é fisicamente no mesmo prédio. Fica ali, porque é onde o chefe do depósito, recebendo a munição, recebendo os expedientes, dá a saída delas. Além disso, eu trouxe, mas não ficaram boas, umas cópias de fotografias do depósito. O depósito de armas realmente é uma coisa extremamente arcaica. Quando nós assumimos lá, tinha ocorrido uma destruição, em 2001, de em torno de 100 mil armas; em 2002, ocorreu outra destruição, em torno de umas 10 mil armas; e no ano de 2003 — esses números não são precisos, são aproximados — foi feita a última destruição, porque com o Estatuto entendeu-se que não se podia mais promover, da forma como se promovia, a destruição. Como era feita essa destruição? Quando eu assumi, eu fui chamado ao gabinete. Falam assim: *"Olha, você tem que dar andamento ao processo de destruição das armas, que se iniciou em 2001, e o desejo é que ele ocorra, até porque os depósitos não têm mais onde colocar armas"*. Nós recebíamos por lá em torno de — sei lá! — 1.100 armas por mês. Então o depósito tinha se esgotado. E quem determinava o critério... Quer dizer, o critério determinado, quando eu cheguei lá, foi de que seriam destruídas as armas que estivessem lá no depósito, já periciadas há mais de 5 anos. Então, como a coisa acontecia? Encaminhava-se um expediente ao Secretário de Segurança solicitando autorização para poder fazer a destruição. Uma vez autorizado pelo Secretário, constituía-se uma comissão. Essa comissão era integrada pela Diretor da Divisão, por um representante do gabinete do Secretário, pelo Instituto de Criminalística, por um representante do Tribunal de Justiça e por um representante do Comando Militar do Exército, no caso, do Comando Militar do Leste. Feito isso, fazia-se um levantamento de quais eram as armas que estavam lá há mais de 5 anos, relacionava-se, encaminhava-se para o Tribunal. E o Tribunal analisava e mandava, devolvia para a Polícia Civil essa relação e a autorização para que fosse efetuada a destruição. A partir dessa autorização, as armas eram relacionadas, fazíamos contato com o Exército, porque o Exército recolhe; a gente relacionava essas armas, entregava-as para o Exército, o Exército recolhia e era responsável pela destruição. Entregávamos a lista, eles faziam aquela checagem e encaminhavam. Só que, na última vez em que isso foi feito, embora eu não estivesse lá em 2004, eu soube que não foi feito. O último ano foi em 2003. Com relação à munição, a saída era dada dessa maneira. Eu tive, a Polícia teve um choque muito grande com relação ao



comportamento de um inspetor, que era o chefe do depósito. Ele... Eu tenho aí 19 anos de Polícia. Quando eu entrei para a Polícia, ele era o chefe do depósito. Eu saí da Polícia em 1995, voltei em 2000, e ele era o chefe do depósito. Quando eu assumi, em 2003, ele continuava chefe do depósito. Foi pedido. Era uma pessoa que gozava da minha confiança; enfim, gozava da confiança de todos os diretores que passaram pelo órgão nos últimos 15 ou 16 anos. Tivemos uma denúncia de que ele estaria envolvido aí no esquema de desvio de munição. Sobre esse esquema do desvio teve um inquérito, teve um processo. Eu não tenho maiores informações sobre o processo. Mas — não sei, não tenho informações sobre se ficou comprovado — o que aconteceu foi que, assim que recebemos a denúncia, solicitamos, como nós não somos órgão de Polícia Judiciária, somos órgão apenas administrativo, solicitamos uma intervenção da Corregedoria da Polícia no órgão, um inquérito administrativo, para apurar a possível prática ou não de crime, e uma auditoria. Assim como já tínhamos solicitado também uma auditoria no setor de depósito onde ficam as armas apreendidas, porque nós tínhamos dificuldade de... Nós tivemos dificuldade de encontrar algumas armas. Então eu solicitei uma auditoria. Essa auditoria está em curso ainda, assim como foi feita a auditoria no que se refere às munições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) Teria alguma coisa mais a acrescentar preliminarmente?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Você, em uma escala de 1 a 10, o que o senhor diria sobre...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Desculpe, Excelência?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em uma escala de 1 a 10, sobre o nível de controle e segurança dessas armas que estão lá, o que o senhor nos diria?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Das armas apreendidas?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, nós basicamente estamos nas mãos dos funcionários que trabalham no setor, porque o controle... Quando...



Alguns meses antes de eu sair eu consegui alguns computadores para começar a digitação das fichas de controle. Então, na verdade, em razão do número de armas que se tem e o controle frágil, porque o controle é feito através de livros e fichas, nós ficamos nas mãos, dependemos da confiança de quem trabalha no setor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Mas eu...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Na escala de 1 a 10?! Ah! Excelência! Eu diria para o senhor — não sei se os parâmetros seriam os mesmos — mas eu diria 5.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Vocês têm o costume de — não sei se este é o termo correto — acautelar? É isso, Presidente? Digo, acautelar armas para que sejam utilizadas por terceiros durante o tempo em que elas estão apreendidas?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É, Excelência. Em 2001, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro autorizou que as armas apreendidas pela Polícia e de calibre restrito pudessem ser utilizadas pelos policiais que estivessem na Secretaria de Segurança. Agora, quando o senhor fala “armas apreendidas por terceiros”...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Armas que vocês apreendem.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Essas são utilizadas pelos policiais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eram utilizadas por policiais?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Pelos policiais. Foi autorizado pelo Tribunal de Justiça. Agora, Excelência, isso só foi até 22 de dezembro de 2003. A partir do dia 22 de dezembro não mais aconteceu, porque o Estatuto proibiu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Então, foi nesse período entre 2001 e 2003.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E isso não criava um problema de periciar, por exemplo, em caso de necessidade?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Essas armas, quando elas vão para o depósito da polícia, elas já vão periciadas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Aí, como é que acontecia esse processo de cautela, de acautelamento? A arma saía do depósito de armas



apreendidas, era incorporada provisoriamente ao patrimônio da Polícia e, uma vez incorporada ao patrimônio, era dada em cautela. Quando acontecia — eu não me lembro, não sei dizer a V.Exa. se já houve alguma vez, mas, se acontecesse de haver a solicitação da perícia dessa arma de novo, nós sabíamos com que policial ela estava — então era feito contato com o policial, e mandavam que o policial apresentasse a arma ao juiz que havia solicitado; porque o policial ficava como depositário fiel dessa arma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor tem idéia de quantas armas existiam acauteladas na mão de policiais?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Esse procedimento foi adotado alguns anos antes; parou e depois voltou. Mas, se não me falha a memória — eu peço vênia ao senhor por não ser exato —, mas alguma coisa em torno de 1.800 armas, mais ou menos. Essas 1.800 não abrangem só esse período de 2001 a 2003.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Posso estar errando, o senhor me desculpe.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Na medida em que V.Sa. afirma que o nosso índice de controle, numa escala que nós não sabemos se é a mesma para os 2, de 1 a 10, é 5... Se tudo dependia de funcionários — portanto, colegas — e fichas manuais...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então qual é o nível de segurança que temos de que não havia um número muito maior, inclusive, de armas nas mãos de policiais, que o senhor nem sabia disso?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Aí, Excelência, não sei dizer para o senhor, porque qualquer coisa que fugisse desse controle... Quem fizesse isso estaria cometendo um crime.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Agora, se o senhor perguntasse quantas armas, você tem como saber, com exatidão. Quando assumi, por exemplo, o depósito, quantas armas tinha? No controle físico, não, porque não tem como



controlar mais de 100 mil armas. Eu teria como dizer, sim, através de um controle contábil, ou seja, pelo meio de cautela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu... Posso?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me entender. Então, quando assumiste, não foi feita uma auditoria para ver quantas armas havia?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não é feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não é feito?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não é feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E quantas armas são? São mais de 100 mil? Ou são mais de 100 mil?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ou 150 mil?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Olha, se não me falha a memória, me foi passado, contabilmente me foi passado, quando eu assumi, alguma coisa em torno de — desculpem-me a memória, mas tem 3 anos isso — 120 mil, 110 a 120 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, 120 mil armas, mais ou menos.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Isso, porque em 2001 foram destruídas em torno de 100 mil e, em 2002, 10 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em 2001, em torno de 100 mil armas?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Sim, 100 mil armas em 2001.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foram destruídas.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Foi uma loucura!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com 100 mil armas vocês devem ter enchido a rua, o que é uma loucura.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Eu não acompanhei, porque eu estava fora da polícia no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Enfileirar 100 mil armas, considerando a dimensão de uma arma, vai longe, viu? Isso era controlado pelo Exército também, digo, essas destruições?



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Nós fazíamos o levantamento de todas as armas seguindo a instrução do Tribunal de Justiça e, depois, entregávamos as armas para o Exército. A destruição era responsabilidade do Exército.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que eu quero entender, e aí é que não bate uma coisa, doutor: se eu consigo contar fisicamente 100 mil armas para destruição em 2001, por que não consigo contar 120 mil para levantamento em 2003 ou 2004?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Porque... Olhe só, Excelência. A gente, quando assume, assume com uma série de outros encargos. Então, o que eu fiz? Se nós fôssemos fazer essa contagem, primeiro, também continuaríamos nas mãos de quem está contando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como fizeram a contagem das 100 mil armas?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Vou dizer para o senhor. Montaram um grupo especial. Isso é como eu soube, porque eu não estava. Montaram um grupo policial, requisitaram policiais da Polícia Militar para auxiliar. Então, ficaram exclusivamente dentro do setor lá mais ou menos 2 meses só fazendo isso. A Divisão não dispõe desse grupo de policiais para fazer isso. Para o senhor ter uma idéia, esse setor aí trabalha com um policial de plantão 24 horas e trabalha com mais 3 policiais, que são responsáveis por receber a arma, dar entrada a ela, localizar a arma para devolver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer que, na prática, pode haver desvio de 10, 15, 100 armas, sem ninguém ficar sabendo?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Com essa preocupação, quando eu senti a gravidade desse problema, porque, em 2003, fiz parte do grupo que destruiu... Nós destruímos em torno de 9 mil armas, alguma coisa assim. Nesse momento — foi assim quando eu assumi, porque assumi em fevereiro e começamos a fazer isso em abril —, quando percebi a dificuldade e percebi que não localizava algumas armas, não só em razão disso, como em razão de algumas solicitações e algumas requisições judiciais, solicitei um aumento do número de policiais para que fosse feito esse trabalho. Mas não foi possível por questões adicionais. O efetivo é muito pequeno. Bom, como eu continuei detectando que não encontrava algumas



armas, o que fiz? Solicitei uma auditoria, com perícia. Então, um perito, um responsável... Desculpe-me por eu estar virado para cá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Fique à vontade.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Um grupo composto por um policial da divisão, no caso responsável pelo setor, um perito, alguém da Corregedoria, e mais uns 3 ou 4 de apoio, que eram só para fazer esse trabalho. Foi dado um prazo de 6 meses para ele fazer isso. E aí iniciou. Depois, prorrogaram por mais 6 meses. Quando eu saí a auditoria ainda estava em curso, e era para efetivamente para nós sabermos o que existia lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora me diga uma coisa: as armas, tanto as apreendidas quanto as da polícia, foram colocadas à disposição de outras autoridades que não os policiais?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - O gabinete — aí era com o gabinete — da chefia autorizou a saída de algumas armas para juízes, promotores, membros do Legislativo também. Houve mais isso aí. A autorização era dada pelo gabinete da chefia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixa eu entender, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Membros do Legislativo que eram policiais, ou não?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, não. Na verdade, essas armas ficavam a cargo do Deputado, mas quem usava era a segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ficava a cargo do Deputado e quem usava era a segurança.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sinceramente, eu estou com dificuldades de entender isso. O senhor era o chefe...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - ... da Divisão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... da Divisão.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí o senhor recebia um documento...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...do chefe de polícia?!



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É. Do gabinete, chefe, subchefe, chefe de gabinete — do gabinete —, autorizando a entrada da arma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E esse documento dizia o quê? Entregue arma tal arma...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não assim. A outra autoridade, que é do Ministério Público, que é da Magistratura, fazia a solicitação ao chefe de polícia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De uma arma qualquer?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - De uma arma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ou de uma arma específica?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. De uma arma. Em regra, existe uma cultura no Rio de Janeiro de que a arma calibre 380 tem pouco poder de fogo. Então, eles solicitavam uma arma calibre 40, que é a arma que a Polícia Civil tem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ponto 40?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Ponto 40. O gabinete autorizava e mandava para o diretor cumprir a ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mandava para o senhor?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - No meu caso, enquanto diretor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um ofício?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Um ofício da autoridade que solicitou com o “autorizo” do gabinete. E mandava atender. Aí, lá, o que nós fazíamos? Abríamos uma ficha de controle para essa autoridade, na qual ela assinava o recebimento da arma e da munição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Arma e munição. O senhor tem idéia de quantas armas foram acauteladas assim para fora da polícia?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, pedindo desculpas novamente pela falta de precisão dos números, acredito que é alguma coisa em torno de 150 a 200 armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Diz 150 a 200 armas? E munição?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - E munição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E essas pessoas buscavam, tinham a oportunidade de buscar munição em outras oportunidades também?



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, durante o período em que eu fiquei lá não aconteceu isso não. Eu recebia a arma, recebia uma caixa de munição...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como é essa história: membros do Legislativo recebiam armas, mas quem usava era o segurança?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - O Deputado a solicitava.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas Deputado tem segurança?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Tem. Eles requisitam policiais. Tem policiais requisitados pelo gabinete deles que utilizam armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputados Estaduais?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas o que não entendo, doutor, é por que os policiais não pediam isso?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Os policiais já não utilizam a Ponto 40?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Bom, de acordo com a regra da Assembléia Legislativa do Estado, o que acontece? Os policiais estavam à disposição do gabinete. São, em regra, policiais militares. A Polícia Militar... Quando o policial é colocado à disposição de outro órgão, no caso, a Polícia Militar não dá uma arma para ele. Ele pode até usar a sua de porte pessoal, mas a instituição não dá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A arma ficava a cargo do Deputado?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - A cargo do Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas vocês não sabiam quem usava a arma?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Só no primeiro momento. Se o Deputado mudasse, a gente solicitava: "*Excelência, por favor, se alterar o usuário da arma, comunique-nos*". Porque fazíamos uma cautela para o Deputado e fazíamos uma cautela para o policial que estava utilizando a arma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só foram acauteladas armas para Deputados quando havia policiais militares com ele ou, em algum caso, não?



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, acho que só teve um caso, mas aí vou preferir não falar porque não lembro o nome do Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero só entender.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Só teve um caso em que um Deputado pediu para ele mesmo usar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pediu para ele mesmo usar?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Para ele usar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma arma de uso restrito, uma Ponto 40?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Mas eu acho que, nesse caso, foi 380, porque aí é de calibre permitido. Mas, desculpe, eu não tenho essa precisão. Mas acho que foi só um caso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Além de membros do Ministério Público, Poder Judiciário e Deputados Estaduais do Rio de Janeiro, alguma outra autoridade recebeu arma acautelada que tenha passado pelo senhor?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Que não pertencesse à Secretaria de Segurança, como o senhor colocou, um Defensor: mas foi um revólver calibre 38. Só. Não lembro de mais ninguém.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A informação que temos é de que havia uma facilidade muito grande de acesso a armas e munição. Para o senhor ter uma idéia, recebemos um documento de um oficial da Marinha sabendo que estávamos tratando desse assunto. Ele relata um episódio que me parece interessante. Talvez o senhor possa nos esclarecer.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele diz o seguinte. Que ele tinha uma pistola Walter PPK, calibre 38, número de série tal e tal, escrito *Marinha do Brasil*, dele, confiada a ele pelas autoridades navais. Houve um furto na residência dele. Mas essa arma foi resgatada pela Polícia do Rio de Janeiro e encontrava-se acautelada nas dependências do DFAE, por determinação do juiz da 37ª Vara. Sem qualquer autorização do magistrado, a pistola em questão teria sido de lá retirada, conforme informações do DFAE e enviada para o Ministério do Exército para fins de destruição. Tratando-se de arma perfeitamente identificada, ele observa aqui uma



série de opiniões. Ele entrou em contato com o Ministério do Exército e nunca confirmaram que essa arma tivesse sido levada para lá. O fato é o seguinte: o juiz determinou que a arma fosse devolvida a ele, mas a arma nunca mais foi achada. O que pode ter acontecido com a arma do marinheiro?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, o que acontece? Quando eu assumi a Divisão e veio a determinação, veio a ordem que tinha que fazer o processo de destruição das armas, eu indaguei qual era o critério. O critério foi: “*as armas que estejam acauteladas aqui há mais de 5 anos*”. Bom, mas eu soube que o meu antecessor teve uma série de problemas. Em razão de ter sido esse o único critério, algumas pessoas que tiveram suas armas destruídas — porque eram um bem — entraram com ações contra o Estado pedindo ressarcimento. Então, o que eu fiz? Na destruição de 2003, eu pedi que levantassem as armas de calibre permitido — a DFAE tem um banco de dados de proprietários — e que, embora o critério de destruição fosse simplesmente a arma estar lá há mais de 5 anos, com as armas de propriedade identificada, que nós sabíamos de quem era, nós não fizéssemos isso. Então, qual o critério que na minha administração foi utilizado? 1) para as de calibre permitido, armas de que constassem proprietários na Divisão; 2) as armas que tivessem brasões, porque essas armas, embora nós não soubéssemos — porque nós não temos o controle das armas cujos proprietários sejam militares, policiais federais, policiais militares e membros do Corpo de Bombeiros — de quem fossem, sabíamos que pertenciam a alguma Força. Então, na minha administração, eu tive o cuidado de mandar que fosse feita a separação. Bom, o que pode ter acontecido? Não sei se nas destruições anteriores tiveram o cuidado de separar essas armas; 3) mesmo com a determinação de separação dessas armas, o diretor não confere, uma a uma, não checa, uma a uma, quais são as armas. A gente dá a ordem, diz qual o critério que tem que ser utilizado pelo funcionário que trabalha lá. Por exemplo, a gente separa por lotes. Então, eu tive o cuidado de olhar até alguns lotes, fazer inspeção por amostragem de alguns lotes, até porque o número era muito grande.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Delegado, me permita. Uma arma 765 — está escrito aqui “calibre 765” —, com o brasão da Marinha, pelo que estou vendo aqui, em 2001, ela foi...



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - ... apreendida.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, apreendida. Em 2004, já tinham constatado que ela tinha sumido; portanto não havia passado 5 anos.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, Excelência. E, se não tinha 5 anos desde que ela tinha sido apreendida...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Bom, então essa arma não era caso de destruição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É uma arma com o brasão da Marinha, com número de série, que não tinha 5 anos, acautelada no DFAE por determinação judicial. O juiz determina ao oficial da Marinha que resgate a arma dele de volta, ele chega lá e a arma não está?!

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Então, Excelência, peço para corrigir e dizer o seguinte: essa arma não é caso de destruição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, onde está a arma?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - O que pode ter acontecido? Foi o motivo por que eu solicitei a auditoria. Essas armas, quando elas entram...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estou dando um exemplo.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Claro. Sim, senhor. Essas armas, quando elas entram, é preso a elas um barbante, um pedaço de papelão com um número acautelado. Essa arma é colocada no cofre, presa pelo cano num prego. Então, ela fica pendurada e, preso a ela, um pedaço de papel com o número da sua cautela. No cofre existem boxes, e nos boxes nós colocamos os números de acautelamento daquelas armas. Então, o que acontece? Se alguém, por qualquer motivo, alguém que trabalhe dentro do cofre, por qualquer motivo esbarrar nessa arma, e se essa arma cair e essa etiqueta de papel se desvincular dela, e caso essa arma não tenha numeração...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não é o caso dessa.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Sim, não é o caso dessa. Mas, se não tem numeração, nós não conseguimos mais dizer de onde é essa arma. Mas se essa arma tiver numeração, o que acontece? O policial tem que ter o cuidado de, a partir da numeração dela, ir ao livro de controle, fazer outro acautelamento e



colocá-la no mesmo lugar. Se nós contarmos com a má vontade do policial e ele simplesmente pegar essa arma e não a colocar no mesmo lugar; ou tirar, para localizar essa arma de novo, aí, Excelência, só se olhar uma por uma. Então, o que acontece? Poucos funcionários... Você conta em parte com a má vontade. A arma chega lá, tem o número da cautela dela, ela vai para o box onde está o número da cautela. Se a arma não estiver lá, ele informa que não a achou. É assim que os policiais lá fazem. No meu caso, quando começaram a fazer isso, eu solicitei auditoria. Ou seja, ou se alguém retirar, mesmo com a cautela, retira a arma do prego onde ela fica situada e a coloca em outro box por qualquer motivo, para se localizar essa arma só procurando uma a uma. Não tem outra maneira de localizar essa arma dentro do cofre. E aí o que aconteceu? Esses boxes são de madeira; deu cupim, alguns caíram. E essas armas — quando eu assumi lá, tirei até umas fotos — foram para um bolo. E aí, na auditoria, eu solicitei que se fizesse um levantamento de todas essas armas para que elas fossem recolocadas no lugar de novo. Se o senhor tiver a oportunidade de ver as fotos, Excelência, o senhor vai ficar perplexo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com todo o prazer, ilustre Deputado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Deputado Paulo Pimenta, nosso Presidente, Deputado Moroni Torgan, Sr. Luiz Carlos dos Santos, para ser sincero, eu não conheço a legislação que fala sobre o controle e a fiscalização das armas apreendidas, mas existe um prazo estipulado para que essas armas possam ficar apreendidas, a não ser que elas estejam envolvidas em crimes e tal e então ficam aguardando ali o exame de balística. Essas armas não podem ser incineradas? Não existe nenhuma proposta? Porque, pelo que o senhor está falando aqui, a forma como é guardada parece que é feita propositadamente para que as armas sejam desviadas, para que sejam utilizadas novamente em crimes. Só existe essa razão para nós; não existe outra. Se um papelaõzinho que está agarrado na arma cair, e se a arma não é mais encontrada, vai haver dificuldade de fiscalizar... Ora, parece que isso é feito de propósito. Ou o órgão que é responsável pela guarda e fiscalização está agindo de má-fé ou ele está sendo conivente com essa situação.



Eu pergunto: essas armas que são apreendidas, elas ficam normalmente quanto tempo em um depósito desses?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Bom, Excelência, com relação à questão do tempo, só quem determina o tempo de permanência lá é o Poder Judiciário.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas, normalmente... Você está lá há quanto tempo? Desculpe-me, V.Sa.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Eu não estou mais lá. Eu fiquei lá durante 1 ano, me afastei por 1 ano, retornei 6 meses, já saí há 6 meses. Mas eu posso dizer a V.Exa...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Uma experiência! Em média de quanto tempo uma arma dessas fica lá nesse depósito?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, muito tempo. Porque é o seguinte — e sem nenhuma crítica, por favor, mas é questão até de rotina. Quando a arma é apreendida, ela fica à disposição do juiz. Só o juiz vai dizer o que vai fazer com ela. Então, enquanto o Poder Judiciário não disser “*devolva, destrua*”, nada podemos fazer. E nós não somos comunicados, a Divisão não é comunicada quando se encerra um processo. Então, não nos é comunicado o que se tem que fazer com a arma; e a arma fica lá acautelada. Então, esse tempo... Não tem um tempo. Agora, com relação a essa estrutura ser proposital, eu peço vênia a V.Exa. para dizer o seguinte: quando nós chegamos lá, em 2003, essa estrutura já havia, com reclamações acerca da necessidade de melhoria por causa da precariedade. A mais recente, quer dizer, a mais remota que eu peguei foi de 1998; ou seja, desde 1998 os responsáveis lá pelo setor estão relatando o caos, estão solicitando. Só que o diretor da divisão, o diretor do órgão, não tem nenhuma ingerência, não tem nenhuma autonomia para promover nenhum tipo de mudança no que se refere a melhorias. A única coisa que ele pode fazer, que é o que foi feito, é solicitar ao gabinete, à chefia de gabinete, à instância superior; relata o que está acontecendo e solicita as reformas. Eu, particularmente, em 1 ano fiz 2 solicitações; quando eu voltei, fiz outra solicitação. E a resposta que foi dada é de que não havia recursos para que se fizesse essa modernização, tanto que a única coisa que eu consegui foi para se ter o mínimo de controle — de controle não; de segurança, nem de controle



— instituir o lacre. Por quê? Tem um policial que fica 24 horas ali, dentro do cofre, sozinho. Quer dizer, durante o expediente ele fica com o restante da equipe, mas a partir das 18 horas ele fica sozinho. Então, esse policial tem a chave do cofre. Pode haver uma requisição e ele tem que ficar com a chave do cofre. Então, o que eu fiz? Eu instituí um lacre, de maneira que, quando encerrasse o expediente, lacrava-se o cofre, o plantonista anotava o número do lacre, e o que assumia o serviço no dia seguinte checava se o lacre não estava violado e se a numeração conferia. E consegui depois também, a algum custo, colocar um circuito interno de TV. E um detalhe: quando eu coloquei o circuito interno de TV, o que eu fiz? Eu não coloquei um monitor de controle só na minha divisão, até para a gente evitar qualquer tipo de, sei lá, corporativismo negativo, em que eu estou no monitor olhando um próprio funcionário meu. Então eu coloquei também um monitor na Coordenadoria de Recursos Especiais, que é o órgão de operações especiais da Polícia, que nada tem a ver com a Divisão exatamente. E para quê? Para que mais um órgão tivesse esse controle.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O monitor funciona ainda?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, quando eu saí de lá, estava funcionando. Estava funcionando, as fitas ficavam gravadas por uma semana, depois se apagava; sistema normal. E consegui também colocar sensores de presença: o alarme dispararia caso alguém entrasse no cofre. E sobre isso o plantonista não tinha controle.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - De nada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero fazer mais 2 perguntas. Sinceramente, eu acho que o senhor foi otimista quando o senhor falou de um nível de segurança 5 em uma escala de 1 a 10. Veja bem. V.Sa. deu exemplos, eu diria, quase que caricatos: o cara vai caminhando, bate em uma arma, cai a arma, escapa o número da cautela, se foi a arma! Ninguém mais sabe que fim levou a arma; a arma estava em um box, o cupim comeu o box, caíram todas as armas, virou um bolo, ninguém mais sabe que arma tinha, onde estava. Parece-me um quadro bem mais grave de descontrole. Foi acautelada arma de grosso calibre para não-policial, por exemplo, fuzil?



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, Excelência. Todas as armas que a gente chama de grosso calibre, essas armas só são acauteladas em órgãos. Não existe cautela pessoal dessas armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como assim, por exemplo?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Por exemplo, o delegado titular da delegacia xis solicita uma arma de grosso calibre. Esta arma é acautelada na carga da delegacia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Fora de instituições policiais, foi acautelada arma de grosso calibre para alguma instituição?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, que eu me lembre, que eu me lembre, eu acho que só no Palácio, mas lá tem uma coordenadoria militar. Então, se não me falha a memória, foi acautelada no Palácio, que era para fazer a segurança.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No Palácio do Governador?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - No Palácio, se não me falha a memória. Eu não me lembro de arma de grosso calibre acautelada em órgãos estranhos à polícia; eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só uma última pergunta. Sobre aquelas armas que foram acauteladas para os policiais, cerca de 1.800 armas, até 2003. Quando o Estatuto entrou em vigor, o senhor pode nos garantir que elas foram recolhidas?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, elas não foram.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Elas nunca foram recolhidas?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Elas continuam até hoje na mão dos policiais?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Continuam. Vou explicar para V.Exa. Quando a lei entrou em vigor, houve um entendimento no Tribunal de Justiça, que era o órgão que autorizava a cautela dessas armas, de que essas armas deveriam ser devolvidas. Houve esse entendimento. Mas a retirada das armas das mãos dos policiais ia provocar um baque muito grande na questão de segurança. Por quê? Porque nós já não tínhamos mais armas patrimoniais para atender a esses policiais.



Em nossos depósitos já não existiam mais as armas de calibre 40. E nós não tínhamos recursos para, a curto prazo, repor essas armas. Isso foi levado em consideração pelo Tribunal de Justiça, e o Conselho de Magistratura autorizou que as armas que foram entregues até o dia 22 de dezembro, que essas armas fossem mantidas; as que foram dadas em cautela depois dessa data foram devolvidas. Aí foi um universo de oitenta e poucas armas que foram dadas depois da lei, que foram devolvidas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Hoje, se eu chegar lá no DFAE, tenho a relação e sei com quem está cada uma das 1.800 armas?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Sim, senhor. Existe uma ficha de cautela.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor conhece o Sr. Hélio Brunet?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - O Brunet? O Inspetor Brunet foi o policial — eu comentei aqui no início — que eu conheci quando eu entrei para a Polícia, 19 anos atrás, como chefe do setor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Permita-me passar a Presidência ao Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em alguma oportunidade o senhor autorizou o Sr. Brunet a entregar armas ou munição para alguém, sem que essa decisão viesse de autoridade superior?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Aí a gente tem que distinguir. As armas e as munições dadas para os policiais não precisavam de autorização superior. Embora de vez em quando se dava, mas bastava que eu autorizasse. O que era, na verdade, um mero formalismo; bastava que se atendesse às exigências das normativas internas: ter o RCA ou não. Agora, já aconteceu o seguinte. Eu, além de diretor do órgão, coordenava o Juizado Especial Criminal, eu coordenava a Campanha de Desarmamento. Ou seja, eu era o único diretor do órgão. Diante disso, acontecia de eu estar em compromisso externo e virem policias, ou numa emergência — precisavam de munição na emergência — ou policiais do interior, e eu não estava no setor. O Inspetor Brunet me ligava — que era da minha inteira confiança, estava lá há anos; enfim, quando eu assumi, recebi vários pedidos por



ele; então ele era uma pessoa da minha confiança — e falava, explicava: “*Doutor, tem uma solicitação aqui de munição assim, assim, assim*”. Eu falava: “*Inspetor — vamos supor que fosse caso de reposição —, tem o RCA do delegado?*” Que é o documento que o delegado disse que utilizou, quantas foram e como foi. “*Tem.*” “*Bom, é urgente?*” “*É*”. Então, como eu não tenho previsão de retorno, e como nós não podemos atrasar uma operação policial por causa disso... Ou, então, não vamos prejudicar um policial que veio lá do interior para pegar a munição. “*Você forneça*”. Então ele fornecia. Quando eu chegava à Divisão, ele me trazia o expediente, sobre o qual ele me relatou pelo telefone. Nesse expediente, até porque nós sofremos correição — a Corregedoria, de 6 em 6 meses, fiscaliza a gente —, tinha o recibo de quem pegou aquela munição. E nesse expediente eu colocava, eu cumpria a formalidade de botar a minha autorização. Única e exclusivamente nesses casos em que havia o cumprimento das formalidades legais, que era a requisição do delegado e mais o RCA. À exceção, como eu coloquei para o senhor, de uma caixa de munição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Segundo o Brunet, o senhor, em 1 ano, liberou mais arma apreendida do que desde 1992.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É verdade, é verdade! Das 1.800 armas que eu acho que estão nas mãos dos policiais, devo ser responsável por entregar uma coisa em torno de umas 1.000, 1.200. É verdade. Até porque há o seguinte: há necessidade de armar o policial, sim. Como eu tinha autorização do Poder Judiciário, eu acabei... Quando eu cheguei lá, eu encontrei, injustificadamente, na minha opinião, uma dificuldade de você dar arma a um policial. O policial é responsável. Se eu tenho uma ficha com quem está o policial, se eu tenho controle de com quem está essa arma, e eu tenho autorização do Tribunal, eu tenho que armar o policial, sim. Até porque nós tivemos, lá no começo, muitos problemas com pistola calibre 40. Os policiais estavam com medo de usar a pistola calibre 40. Excelência, o senhor, claro, conhece muito bem — e V.Exa. também —, sabe que os bandidos estão muito armados. Então, o que eu podia fazer era armar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor tinha uma opinião de mérito. O senhor achava assim: *arma parada aqui?!* *Eu vou botar na mão do policial.*



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Sim, exatamente. Ela está aqui estragando, não tem utilização, o Conselho de Magistratura autorizou, então eu vou ajudar os policiais a defenderem a sociedade e a sua própria vida. Porque essas armas de calibre restrito apresentam... É uma questão até — o senhor me desculpe — de sentimento. O policial se sente muito mais seguro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com uma Ponto 40?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Não com uma Ponto 40, mas com uma Glock, uma CZ, uma pistola de... E nós não temos história de ter dado problema.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Da minha parte, por enquanto é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto, para argüir o depoente.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Desculpe: eu posso só fazer um acréscimo para o senhor, Deputado? Com relação à nota 5, que eu falei para o senhor, do controle, eu diria o seguinte: por que o 5? De qualquer maneira, nós vamos ter sempre o homem controlando os bens. Isso não tem como. Então, se você tem homens profissionais comprometidos com o exercício de sua atividade, eu diria para o senhor que nós teríamos um controle de 100%. Eu daria 10 para o controle, porque eu sei quando a arma entrou, eu sei onde essa arma está, e o policial que está trabalhando ali também sabe. Agora, na medida em que eu dependo desse controle do policial, em que ele pode, por exemplo — como eu citei o exemplo ao senhor —, ver uma arma caída e não procurar saber imediatamente onde estava essa arma, qual o número dela e colocá-la no lugar, aí o controle interno fica fragilizado. Mas eu acho que, independente dos mecanismos de segurança que se estabelecessem, nós vamos sempre estar nas mãos do policial que trabalha no setor. Eu costumo dizer, quando teve esse episódio do Inspetor Brunet — que foi um choque, porque era uma pessoa que gozava da minha confiança mesmo —, na época, foi comentado, e eu falei o seguinte: "*Olha, não tem como. Não tem como você se proteger de traição. Não tem como*". Hoje a minha empregada está na minha casa. Se a minha empregada está lá tirando um garfo... Porque se ela tirar o faqueiro todo eu vou sentir falta. Agora, se ela tirar um garfo, eu



não vou sentir falta. E não tem como. Você não vai revistar sua empregada todo dia. Então, não tem proteção contra traição. Por isso é que eu dei nota 5 na questão do controle. Pois não, Excelência. Obrigado pela oportunidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Luiz Carlos, o senhor foi nomeado chefe, Diretor da Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos do Rio de Janeiro. A nomeação foi feita por quem?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Os cargos são de indicação do Chefe de Polícia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que é o Álvaro...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - O Álvaro Lins.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Álvaro Lins.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Dr. Álvaro Lins.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor trabalhou no Governo atual, ou em outros governos também?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Eu fiquei fora da polícia. Eu saí em 1995. Quer dizer, não saí da polícia; me afastei da atividade policial em 1995 e só voltei em março de 2002. Em março de 2002 houve já a transição de mudança de governo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas o senhor trabalhou só no Governo atual?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Eu trabalhei 9 meses...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No Governo anterior.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - ... no Governo anterior.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do Garotinho?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Aí já era a...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A Benedita?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - A Benedita, ex-Senadora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E trabalhou agora na...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Na gestão... Nessa gestão do ano de 2003 e parte de 2005.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor disse que saiu da Polícia e se afastou.



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É. Eu não me exonerei. Eu estava exercendo cargos na Administração Pública.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah! Se afastou para uma outra atividade?!

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É. Eu fui ser chefe de gabinete na Assembléia Legislativa, consultor parlamentar. Aí fiquei fora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor exerceu alguma atividade político-partidária? O senhor é filiado a algum partido?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Em 2004 eu fui candidato a Vereador, pelo Município de Caxias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De Caxias?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - De Caxias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Alguma vez o senhor pensou também em ser candidato a Vereador em São Gonçalo?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Eu fui delegado em São Gonçalo. Depois de quando eu entrei para a Polícia, eu fui delegado em São Gonçalo. Então, eu fiz muitas amizades lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Aí houve um movimento em São Gonçalo para que eu viesse a ser candidato a Vereador de São Gonçalo. Mas eu falei assim: "*Gente, eu não conheço ninguém em São Gonçalo. Eu só trabalhei aqui. A minha origem é Caxias*". Foi o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Aí eu me candidatei por Caxias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi quando o senhor teve conhecimento das denúncias do desaparecimento de armas e munições daquele setor?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Aí eu peço ao senhor, então, para a gente separar o que se refere a munição e o que se refere a arma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Assim que nós começamos a elaborar o processo de destruição de armas — e nós não localizarmos algumas —, eu comecei a montar um banco de dados. Depois, eu comecei a receber solicitações de juízes mandando devolver armas — como citou o nobre Deputado Relator —, e



também não localizava. Bom. Aí eu solicitei auditoria. Então esse foi o momento de arma. De munição: de munição foi em julho deste ano. Eu recebi uma denúncia de que o chefe do depósito, que estava lá há 20 anos, estaria desviando munição. No primeiro momento, eu fiquei chocado, porque era uma pessoa pela qual eu tinha a maior admiração, o maior carinho. Tinha tempo para aposentar. Enfim, gozava da minha confiança, eu fiquei chocado. Mas toda denúncia tem que ser checada. E, diante disso, eu, procurando não alardear — até porque você não pode desprezar uma denúncia, mas também você não pode considerá-la como totalmente verídica —, fui averiguar. E detectei um expediente, desses que eu estava citando aqui, com número expressivo de série de munição que não tinha minha autorização, não tinha autorização do gabinete. É que quando o gabinete autorizava não precisava passar por mim. E isso me estranhou. Por quê? Porque até quando o gabinete autorizava, que não ia para mim, o Inspetor Brunet, que era o chefe, tinha o cuidado de falar assim: *"Olha, doutor, veio esse expediente da chefia mandando fornecer essa munição. Eu forneci e estou trazendo aqui para o senhor tomar ciência"*. Então, até quando acontecia isso, porque, na verdade, nem precisaria, porque foi autorizado por uma instância superior, ele tinha esse cuidado. Bom, aí eu achei esse expediente que não tinha nada. Era um número relativamente alto. E isso me chamou a atenção, porque envolvia alguém da minha confiança. A denúncia era uma denúncia grave. Quer dizer, nós, policiais, não aceitamos crime nenhum. Mas se tem um crime realmente que choca a gente, que agride a gente é quando há essa mudança de parceria, que o policial resolve fazer um negócio desses. E principalmente com munição, porque essa munição vai ser utilizada contra quem? Contra a gente. Então é uma coisa que chocou. Diante disso, e eu tendo conhecimento de que não existe defesa para traição, o que eu fiz? A experiência até nos mostra isso. Eu solicitei instauração de inquérito policial; instauração de sindicância administrativa; intervenção da Corregedoria de Polícia — porque a DFAE, como órgão administrativo, não pratica ato de polícia judiciária. Então a gente não investiga. É um órgão meramente administrativo. Então, quando a gente solicita, precisa de alguma coisa, manda para a Corregedoria. Então solicitei à Corregedoria todo esse procedimento. Pedi o afastamento do cargo, para poder dar maior isenção, maior transparência possível, e aí iniciou-se a auditoria, no caso essa



intervenção que eu tinha solicitado. A Corregedoria instaurou inquérito, enfim. Quando eu entreguei essa solicitação toda, eu fui comunicado de que não haveria necessidade de se instaurar aquele inquérito porque já havia um em curso. Então a denúncia procedia. Já vinha em curso, e a coisa se confirmou. Eu não sei dizer se foi comprovada qualquer participação efetiva do inspetor nesse processo. Não sei dizer, mas é uma coisa realmente que choca muito. Então, um momento foi o da arma; o outro momento foi o da munição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando o senhor assumiu a Divisão, o diretor anterior era o Dr. Fernando Oséas?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Oséas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele repassou todas as informações de quantas armas existiam, munições? O senhor fez alguma auditoria para identificar a existência de quantas armas acauteladas, de quanta munição havia?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Olha só. Quando ele me fez a passagem, ele colocou o seguinte: “*Não tem como contar as munições. Um milhão de munição não tem como contar. Armas, há 120 mil armas, não tem como contar. O que eu tenho aqui é o seguinte...*”. Aí ele mostrou um documento do setor de munição dizendo quantas munições tinha no estoque; um documento lá do setor de acautelamento de armas apreendidas estava dizendo quantas armas tinham. E a conferência física era inviável porque eu não tinha funcionário, não tinha isso. Então, há uma espécie, assim, de confiança.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Questão de confiança.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Questão de confiança. Mas o que eu fiz? Ainda por precaução, no que se refere às munições, elas ficam guardadas em caixotes, como eu coloquei. Então, eu olhei os caixotes. Uma conferência, assim, não 100%, uma conferência efetiva; olhei os caixotes e vi que os números eram relativos. Até porque num universo de 500 mil, 600 mil cartuchos, 1 milhão, para você saber exatamente quantos tem, só se se abrisse cada caixote, e isso é uma coisa que não se faz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, na realidade, não é uma divisão de controle?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não é de controle.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Apenas fiscaliza?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É uma divisão de fiscalização de armas, mas fiscalização de lojas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quem faz o controle? Quem faz esse controle?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Na estrutura da Divisão... Quer dizer, a Polícia Civil, todos os órgãos da Polícia Civil sofrem correição. Ou seja, de 6 em 6 meses, a Corregedoria de Polícia, que é o nosso órgão, o grande órgão fiscalizador, fiscaliza todos os setores. Então, o que acontece? Dentro da estrutura da Divisão tinha o setor de armamento patrimonial, que tinha as munições, e tinha o setor de cautela de armas apreendidas. Os funcionários desses setores já trabalhavam nos setores há vários anos. Então, o que acontecia? Havia um mapa com um número de munições que são adquiridas, um número de munições que saem. E esse mapa é abastecido com que informação? Ele é abastecido com as informações que vêm dos expedientes que entram na Divisão solicitando a munição, que vão para uma ficha de controle daquele órgão e para um livro de saída. Então, essa ficha de controle e o livro de saída não são informatizados; são feitos ali pela mão do homem. Eu não consegui computadores para o setor. Então, esse livro abastece esse mapa. Então, o que acontece? No final, a gente tem que manter o controle do estoque. Por quê? Porque nós não sabemos quais são as emergências que podem surgir que demandem uso maior de munição. E o processo de munição, o processo de aquisição de munição é longo: demora alguma coisa em torno de 4, 5 meses, até 6 meses. É muito longo. Então, nós fazíamos o controle de 6 em 6 meses para evitar que a gente só fosse comprar munição quando ela estivesse acabando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor falou que tem um livro e tem uma ficha.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - As fichas de cada órgão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor tem o modelo dessa ficha? Poderia encaminhá-la à Comissão?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Eu posso me dirigir... Eu não estou mais no órgão, mas eu vou ao órgão...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - ... e solicito ao diretor um modelo da ficha e encaminho para os senhores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Deixe-me anotar aqui, por favor, para trazer ao senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa ficha trazia as características da arma ou da munição.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para quem foi?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Qual o órgão?!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O órgão.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - O quantitativo e qual a munição...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem autorizava? Quem estava autorizando?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Ali, nela, tem o número do expediente que autorizou. Porque os expedientes ficam guardados num arquivo próprio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, porque nós temos uma informação de que como V.Sa., além da atividade, exercia também outras tarefas: era responsável pela campanha do desarmamento e outras atividades, e nem sempre estava lá na Divisão.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Nem sempre.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E, muitas vezes, autorizava via telefone. Era comum o senhor fazer autorização, entrega de armas e munições através de telefonemas?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, olha só: não era comum. Eu não fazia muitas vezes. Foram poucas as vezes que eu fiz isso. Foram naquelas situações que eu, no juízo de valor, considerei que a entrega daquela munição não poderia demorar. Como coloquei: às vezes o policial se desloca 5, 6 horas da sua sede para vir pegar munição, porque não estava agendado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Então, às vezes acontecia de o policial ter que retornar. Você tinha um custo enorme aí. O nosso combustível lá é controlado. Então eu não podia fazer com que o policial voltasse no outro dia porque eu não estava presente. Para isso a gente tem a divisão administrativa. Você tem as chefias de setores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Então, nesses casos em que o Inspetor Brunet me relatava e que formalmente as exigências estavam cumpridas.. E o que é formalmente? A solicitação da autoridade policial. Se for o caso de reposição, o documento que é emitido na delegacia, que a gente chama de Registro de Comunicação Administrativa, que traz a ocorrência, quantas munições foram utilizadas etc. Havendo isso, ele me ligava. Aí, eu avaliando e vendo que não tinha como retornar naquele momento, porque as minhas atividades, no caso, além de todas as da Divisão, eram todas atividades vinculadas à atividade policial, Juizado Especial Criminal, Campanha do Desarmamento, enfim, tudo ligado à atividade policial, e, sabendo que eu não ia retornar no mesmo dia, por exemplo, às vezes acontecia. Eu me ausentei uma semana. Fui mandado a Porto Alegre para a Taurus. A Taurus estava lançando armas novas. Era para conhecer. Fiquei fora uma semana. Nessa minha ausência mais longa tinha uma pessoa que me substituía. Mas, em regra, no dia-a-dia, eu delegava algumas coisas para os chefes dos setores, porque não tem como você centralizar. No que se refere a esse fornecimento, pouquíssimas vezes e só nessas hipóteses.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Quem além do Brunet tinha chaves do setor?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Quando eu assumi o setor, eu perguntei para ele: "*Quem tem a chave do cofre?*" A gente chama de cofre o lugar onde ficam as munições.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Ele falou: "*Eu que tenho. O senhor quer uma cópia?*" Eu disse: Não. Não quero uma cópia porque não vai me servir para nada. Não sou eu que venho aqui fisicamente pegar a munição. A chave estando na mão de uma única pessoa tem-se um controle maior. Qualquer problema



você sabe. Se você começa a abrir, não é interessante. Então, assim ficou. Eu saí, voltei. Saí, voltei. Quando teve esse problema dessa denúncia anônima, o que eu fiz? Eu o afastei do cargo. Quando eu o afastei do cargo, ele chegou e falou para mim: “*Doutor, tem mais uma chave*”. Eu falei: *Ué? com quem?*” “*Com o inspetor. O inspetor abriu*”. Eu falei: “*Olha, o inspetor abriu?*” Ele disse: “*É. Eu deixo essa chave com ele porque às vezes, se eu tiver um problema qualquer que eu não possa vir, ou uma emergência que alguém não me ache, acontece alguma coisa comigo, ele poderia abrir*”. Pois é. Mas eu não sabia disso e recolhi essa chave, o que me causou estranheza exatamente pelo fato de que várias vezes eu liguei para o setor procurando o Inspetor Brunet para pegar munição e o Inspetor Brunet não estava; estava o Inspetor Abreu, e o Inspetor Abreu nunca abriu o cofre para me dar munição, entendeu? Os funcionários diziam: “*Doutor, a gente não pode entrar no cofre sem o Brunet aqui. O senhor desculpe. O senhor está querendo a munição, mas nós não entramos no cofre sem Inspetor Brunet aqui. Até porque a chave é com ele*”. Foi o único momento em que eu soube dessa existência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dr. Luiz Carlos, é comum os policiais civis e militares que trabalham no dia-a-dia também realizarem o famoso bico?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - No Rio de Janeiro é.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É. Estou falando isso aqui na prática. Na prática, o que a gente observa é que é comum os policiais fazerem bico sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor disse que algumas vezes autorizou através de telefonema.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto: o senhor autorizou, por exemplo, entrega de armas para o sistema penitenciário?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Para isso não havia autorização por telefone. O que houve foi o seguinte...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto: a autorização que o senhor fez, algumas vezes por telefone... Mas o senhor autorizou de algum modo, por escrito, fornecer 400 armas para a Polícia Civil que cuidava do sistema penitenciário.



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Deixa eu colocar para V.Exa.: eu não tinha autoridade para determinar, para decidir a saída de uma arma para fora do órgão da polícia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Aí eu recebi uma determinação do gabinete para cumprir uma ordem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do gabinete da...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Do gabinete da chefia de polícia. Eu recebi uma determinação, olha só: *"Dê tantas armas para o órgão tal."*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Mas eu pergunto: o senhor recebeu essa autorização?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Recebi. Eu não posso dizer para o senhor números, mas recebi sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Para a Prefeitura de Mesquita também?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Teve.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Prefeitura de Nilópolis também?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para juizes e desembargadores?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Sim. E para promotores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para Deputados Estaduais?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vereadores também?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, Vereador não. De Vereador não me lembro não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?!

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Até porque com Vereador, o que acontece? Vereador não tem porte de arma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. É verdade que para a Assembléia foi numa faixa de 50 a 100 armas?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Eu não posso dizer para o senhor números, mas se computar tudo dá. Não posso dizer se é isso, não, mas tem um



número específico. Não posso dizer para o senhor se tem 50, tem 100. Como eu coloquei aqui, essas armas ficavam com os policiais que trabalhavam com os Deputados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, em toda a autorização, o senhor recebia uma determinação...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Isso. E cumpria.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí o senhor encaminhava para o Sr. Brunet dizendo “*cumpra-se*”.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - “*Cumpra-se a determinação superior.*”

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, não houve nenhuma autorização da sua parte sem que ela viesse do chefe da Polícia Civil?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Da chefia de gabinete.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, não houve nenhuma autorização?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, não. Às vezes até acontecia o seguinte: eu recebia o expediente da solicitação de arma. Aí fazia contato com a chefia: “*Olha só, tem solicitação aqui*”. “*Pode atender.*” Eu não tinha autoridade para decidir as armas que saíam da polícia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse controle do livro só ficava com o Brunet?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Ficava no Serviço de Armamento Patrimonial, que era o setor chefiado por ele. Então, era feita a abertura diária. No final do dia fazia o fechamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E as fichas também?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - As fichas também ficavam no setor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só ele tinha acesso?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, outros policiais tinham acesso às fichas; outros tinham. Ele, como chefe do setor, ele mantinha até — e eu tive oportunidade de ver quando eu assumi, pelo menos em termos de controle contábil — um controle muito rígido; e rígido o suficiente para me provocar uma certa sensação de tranquilidade e saber que ali tinha um profissional que entendia, porque o cargo de diretor é um cargo comissionado. Por exemplo, hoje nós, desde que eu entrei, já estamos com o quarto diretor. É um cargo comissionado. Então, a gente



tem uma rotatividade muito grande. Já os funcionários que trabalham nos órgãos, não, eles não têm essa rotatividade. Eles ficam ali, a exemplo do próprio Inspetor Brunet, há anos. Então, eu vi que ali tinha alguém que entendia e alguém que mantinha o controle.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como funcionava essa quadrilha do Brunet?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, eu não sei dizer nada para o senhor. Eu só posso dizer para o senhor o que me foi lido na denúncia no dia em que eu fui depor como testemunha de acusação no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso não saiu no jornal, na imprensa, coisa assim?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Bom, então eu posso dizer para o senhor exatamente o que estava na denúncia. Que ele, depois do expediente, recebia a presença — mas tudo isso que estou passando para o senhor era o que constava da denúncia — de um outro policial que já tinha trabalhado no setor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como era mesmo o nome dele?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Conde, Inspetor Conde. Que ele tinha um irmão, esse irmão era ligado a um dono de uma casa de arma que era ligado a um vagabundo. Então eles pegavam, depois do expediente, quando já não tinha mais ninguém, a munição com o Brunet; entregariam para esse irmão dele e esse irmão entregaria para o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem era esse irmão? Era policial também?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, não. Esse irmão desse Conde não era policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não era policial?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Irmão do Conde? Não, ele tem um irmão que é policial, mas não era esse não, entendeu? Era um outro, que, me parece, era o taxista, era o cara que levava a munição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tinha o envolvimento de um outro policial também, porque inclusive disseram que era um policial muito disposto e tal.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, olha só. Lá do setor, que trabalhava no setor, foram o Inspetor Brunet e o Lorenzo, o Inspetor Lorenzo. O Inspetor Lorenzo, então, foi um choque ainda maior para mim, porque, se ele realmente tem envolvimento com alguma coisa, assim como o próprio Inspetor Brunet tem, disfarçou muito bem, porque toda vez que eu chegava no setor, eu fazia visitas surpresas, esporádicas nos setores, para ver como estavam funcionando, até porque eu não admitia que houvesse reclamação: eu sempre o via no computador digitando fichas. Eram os 2 que trabalhavam no setor. Mas haveria esse desvio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E como era possível esse desvio?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Eu diria a V.Exa. que, depois, eu fiquei pensando nisso: como poderia ser fazer esse desvio? Eu acho que o meio mais evidente seria falsificando os documentos de solicitação de munição. Por exemplo, eu recebo, chega um expediente de uma autoridade policial — não sei se foi feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi feita uma perícia nesses documentos?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Eu não sei dizer ao senhor se foi esse o rumo do processo, mas, pensando comigo, como eu poderia ser ludibriado ali? O que eu vi de mais fácil foi isto: eu recebo um expediente do Delegado Luiz Carlos dos Santos solicitando tantas munições. Porque, por exemplo, as munições têm prazo de validade. Expirado o prazo de validade, há reposição. Então o delegado comunica que a munição está lá há mais tempo do que deveria e solicita uma nova carga. Se esse documento for falso, nós recebemos... Por exemplo, lá no DFAE, nós recebemos 1.800 expedientes por mês, e a gente não confere, não liga para o delegado para perguntar se a assinatura é mesmo dele. Acredito que esse seria...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor pedia regularmente ao Brunet que mandasse munição para o seu gabinete ou coisa assim?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, regularmente não. As munições que iam para o meu gabinete eram exatamente essas munições que saíam para essas autoridades, e que eu achava desnecessário submetê-las àquela rotina de descer para outros andares, assinar um livro etc. Eu dava um tratamento diferenciado. Então, chegava lá uma autoridade, um membro do Legislativo, um membro do Judiciário, ia direto para o gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E qual era o tipo de requisição que se fazia nesse sentido?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Como assim?

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Para dar saída da munição.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Eu já recebia o ofício com autorização para fornecer arma — arma e munição. Eu recebia essa autoridade no meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse ofício vinha em nome de quem, geralmente?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - A própria autoridade que solicitava, encaminhava ao gabinete de polícia, que autorizava e mandava para mim. Então, eu recebia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Era o chefe da Polícia Civil que fazia isso?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - O subchefe ou o chefe de gabinete. Alguém do primeiro escalão, do gabinete. Chefe, subchefe ou chefe de gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não seria da Secretaria, mas da Polícia Civil, neste caso?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, da Polícia Civil. Eu recebia, e aí fazia o quê? Eu achava desnecessário pegar uma autoridade e mandá-la descer — as dependências são horríveis. Então eu ligava para o setor e falava: “*Me traz uma arma, me traz uma caixa de munição*”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o ofício ficava onde, depois disso?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Aí eu recebia a arma, a autoridade assinava a cautela dizendo que estava recebendo aquela arma na data tal, qual o número, e assinava outra dizendo que recebeu a munição. Esses 2 documentos e mais o ofício de solicitação eram devolvidos lá para o setor do Brunet, onde ficavam arquivados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então tudo isso está lá arquivado direitinho?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Está lá arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Todos os documentos ficavam no arquivo?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E sobre os desvios de armas do depósito de armas apreendidas? O que se fazia a respeito disso?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, durante a minha administração eu só tive um caso efetivamente comprovado de que uma arma foi desviada. A arma foi encontrada com um marginal, foi apreendida e encaminhada para perícia e, depois, para a Divisão. Mas nisso — não sei se foi a imprensa, não sei dizer ao senhor se foi o próprio delegado que fez a apreensão, porque, quando uma arma é apreendida, eles ligam para a DFAE para consultar se a arma tem proprietário, se consta alguma ocorrência de roubo ou de furto acerca da arma. Constava que essa arma era uma arma apreendida. Quando se consultou a DFAE, estava lá que a arma era apreendida e que deveria estar no cofre. Foi o único caso que nós tivemos. O que eu fiz? Solicitei instauração de inquérito, instaurei uma sindicância. Porque tem de apurar se houve participação de funcionários. E isso inclui na auditoria que já estava sendo feita para efetivamente sabermos o que tinha lá. Então, oficialmente, eu só soube do desvio de uma arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E esse inquérito descobriu alguma coisa?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Excelência, quando eu saí — porque esse inquérito, como eu coloquei para o senhor, é feito pela Corregedoria de Polícia



— ele estava em andamento. Não tinha descoberto nada ainda, não. Não sei dizer. Já tem 6 meses que eu estou afastado. Então, não sei dizer para o senhor como estaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - No mais também não tinha nem como saber se havia desvio de arma ou não tinha, não é?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - A gente só tem como saber do desvio nesse caso em que se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu tenho outra preocupação. Tu tens as armas apreendidas. E a munição apreendida?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Essa munição apreendida ela também vai para o depósito. Mas não tem muita coisa não. Também ela fica lá em depósito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu vi a foto num *site*.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - E fica lá até quando? Até quando o juiz quiser. Só que eu, observando aquilo, pedi autorização para o Tribunal de Justiça para que a gente utilizasse aquela munição, porque aquela munição lá não tinha razão de ser. Aí o Tribunal de Justiça autorizou que a gente utilizasse aquela munição. Para mim ela só servia para treinamento, porque, pelo menos, as que estavam lá quando eu assumi — e depois não teve maiores apreensões — eram munições que eu levantei, pela data de entrada. As munições já estavam lá há algum tempo e punham em risco o tiro prático, o tiro real. Punham em risco. Aí eu solicitei a autorização ao Tribunal para quê? Para que pudesse utilizá-la como treinamento. Aí o Tribunal não só autorizou, como ainda pediu que nós destinássemos uma parte dela para o treinamento do pessoal que serve à segurança militar do Tribunal. Só que isso não chegou a ser efetivado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por quê?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Porque antes eu tinha que prestar contas de que munições seriam essas. Então, eu tinha que fazer um levantamento de quais eram as munições, porque elas estavam ali há tanto tempo, desde que entraram. E eu não tinha gente para fazer isso. Os poucos que eu tinha estavam na auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - As munições ficaram lá?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Estão lá. Ficaram lá



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não pode ser tão pouco, porque cada arma tem no mínimo 6 cartuchos...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Mas não são apreendidas sempre com munição, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas na sua grande maioria.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Olha só. Eu, pelo menos, posso dizer para o senhor não da apreensão, mas do recebimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com 120 mil armas deve haver umas 500 mil munições, pelo menos.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Eu não tenho número para dizer para o senhor, não. O que acontece? Na verdade, quando vai para a perícia, fica presa na arma o projétil que é retirado do corpo de um cadáver; e só as que ficam nela. As grandes apreensões, o volume mesmo... Às vezes, são apreendidas até sem arma alguma. O que vi, o que pude fazer pelo exame visual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, porque muitas munições são apreendidas sem arma também.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Exatamente. Então tinha muita coisa lá, mas não posso dizer para o senhor o número. Então, eu tinha que fazer o levantamento, mas não tinha como fazer o levantamento. Porque, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas fica gozado esse negócio, não é?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É um absurdo, Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É um absurdo total, porque tenho 120 mil armas, mas não dá para eu saber se tenho 120 mil, 130 mil. Eu tenho ali no papel, mas olhando não sei o que acontece.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Nós só vamos saber agora com essa auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Munição, eu acho que não era pouca não. Não, eu acho que é mais. Eu acho que agora... Está convidando para desviar, não é? Não tem o mínimo controle. Se for desviar tudo lá de dentro... Isso é um convite para desvio. Munição nem se fala, porque não deve ter controle nenhum. É só o saco cheio de munição.



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Pelo que pude observar lá, Excelência, a grande dificuldade não é essa; é o fato de o diretor do órgão... Porque qualquer mudança de estrutura e de controle requer recursos. O diretor do órgão não tem essa liberdade, ele não tem essa autonomia. Ele só pode pedir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Meu amigo, se eu entro num órgão onde tem arma e munição, e eu não tenho capacidade de fazer controle, eu não aceito esse cargo nunca na minha vida! Não tem perigo de eu aceitar isso, porque vou estar propiciando desvio na minha cara e vou estar sendo conivente com isso.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Mas, Excelência, se todo o mundo pensar desse jeito, o órgão não vai ter um diretor. Alguém tem que ter peito para sentar, tentar fazer alguma coisa, o que era a minha esperança. Tanto que eu tentei implantar código de barra. E consegui no final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não consigo saber, doutor, e fica estranho, e vou ter que ver o que está acontecendo. Por exemplo, o Exército não tem um armamento apreendido também? É essa bagunça também lá dentro do Exército? Já foi ao depósito do Exército para verificar?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. O Exército... As armas que vão para ele vão para ser destruídas. Ele não mantém...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas não são destruídas automaticamente, ele tem que ter um...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, eles têm mecanismo lá, eu vi, pude observar lá até numa dessas destruições. Não posso falar sobre a eficácia do controle, mas na verdade eu diria para o senhor, excelência, que qualquer depósito que o senhor for, qualquer depósito que o senhor for, excelência, o controle depende do homem. Não existem mecanismos, não existem mecanismos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas tem organização. Uma coisa é tu jogares tudo lá dentro, outra coisa é tu teres tudo separado. Tu sabes, por exemplo: quero a arma 2.344, apreendida e tal. Vou direto ao armário onde tem a 2.344. Vou lá e pego a arma.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Mas é assim, excelência, mas é feito dessa maneira. Como eu coloquei: tem os boxes, no boxe tem os números de



cautelas. Então, eu recebi a arma hoje, a arma recebeu o número de cautela 001. Eu vou lá no boxe que é de 001 a 00100 e coloco no prego número 1 a arma 001. A questão que a gente coloca que dificulta o controle é exatamente isso. Em qualquer depósito, se um homem resolver retirar essa arma daí e botar em outro lugar, como é que vai localizar essa arma? Só se você procurar uma por uma. É isso que eu estou colocando, porque lá tem os boxes. Para o senhor ter idéia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas aí tu vais fazer a sindicância para saber qual é o homem que teve acesso àquele local, tu vais saber todo o negócio.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Exatamente. Por isso tem a sindicância e o inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Eu consegui, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, tu vais saber o que aconteceu, mas isso estando organizado, resolve-se. Se não puder ter uma organização mínima...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, mas nós conseguimos esse nível de organização no seguinte sentido: por exemplo, quando eu cheguei lá eu tinha armas que estavam no chão. Eu não tinha mais onde pendurar as armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estavam no chão, as armas?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - No chão. Tem as fotos, inclusive. Eu não tinha onde pendurar as armas, não existia mais boxes. Solicitei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu tem essas fotos aí, trouxe?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Trouxe aqui, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu ver.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Mas é cópia, porque eu não sabia se ia precisar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos dar uma olhada, depois tu me mandas as outras.



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Está certo. Aí, o que acontece? Eu consegui, então, comprar caixas, essas caixas que a gente usa para compra, caixas plásticas. E aí consegui pegar todas as armas que estavam no chão, identificá-las, dar a cautela e colocar em caixa. Então, eu sabia: na caixa 1, eu tenho as armas tais, tais e tais; na caixa 2, as armas... E assim sucessivamente. Então, eu consegui pelo menos tirar as armas do chão, não é? Conseguí. Isso aí está em andamento. Para que houvesse um controle maior, a arma, antes de ir para a DFAE, vai para o Instituto de Criminalística, vai para a perícia. Então, eu pedi lá que se fizesse um programa de maneira que, quando o Instituto de Criminalística recebesse essa arma e lançasse lá no computador deles, porque eles também têm controle, essa arma já fosse para o banco de dados do DFAE. Por quê? Porque a gente perde muito tempo — e não tem funcionário para isso — para receber uma arma, porque você tem que receber a arma, conferir todos os dados dela, ver se é a que consta no expediente que recebeu, o que vem, depois pega todos esses dados e lança nas fichas de controle. Então, você demora uma média de 15 minutos por arma. Então, na medida em que eu tivesse tudo isso informatizado, o ICCE é obrigado a fazer esse mesmo trabalho. Então, faria um *link*, de maneira que, quando o ICCE desse entrada, já entraria no banco de dados do DFAE, para que quando o policial do DFAE recebesse essa arma, bastaria ele lançar o número dela no computador e ver se deu entrada, não precisa fazer o ingresso dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem quantos funcionários lá trabalhando?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Nesse setor, é um policial — não sei se mudou, excelência, eu saí de lá tem 6 meses já —, mas é um policial 24 horas, todo dia um 24 horas, e por dia um que trabalha dentro do cofre. Fazendo o quê? Tirando e colocando as armas? Um recebendo as armas e o quarto dando entrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - São 1.100 armas por mês, mais ou menos?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Mais ou menos, mais ou menos. Agora, isso fora o número que sai. Sai um número muito grande diariamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A média de quanto sai por mês?



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Acho que em torno de umas 400; 300 a 400, mas não é preciso esse número.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, média.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Tem mês, por exemplo, meses de dezembro, janeiro e fevereiro, que cai muito. Por quê? Porque quem determina a saída da arma é o Judiciário. Então, o volume se dá em razão do que o Judiciário manda. Então, nesses meses tem uma redução. Isso aqui eu trouxe a título de curiosidade: é a resolução do Tribunal que autorizou que a gente utilizasse as armas apreendidas. Vou passar para o senhor para tirar o mínimo de nitidez. Essas fotos, excelência, foram tiradas uma vez por mim em 2000.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, ficaram no chão mesmo.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É, não tinha espaço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixa eu refazer uma pergunta aqui.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Pois não, excelência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A arma de grosso calibre, fora da polícia, só para o Palácio.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Que eu me lembre, sim, que eu me lembre, porque a gente procurava ter muito cuidado com relação a essas armas de grosso calibre, porque elas não são de cautelas pessoais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E arma para quem não é funcionário público?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nunca ocorreu?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Para quem não tem porte de arma, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, porque não é funcionário público, empresário...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, não, não. Essas armas apreendidas, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nunca.



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Essas armas eram dadas apenas... Inclusive, essas armas apreendidas, algumas foram de armas em número pequeno, mas porque ficavam com policiais. Daqui para frente tem mais...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Acho que é isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é o espaço físico desse depósito?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Temos que ir lá visitar esse depósito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, um dia.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Agora melhorou muito, porque a gente conseguiu com uma auditoria fazer alguma coisa, mas mesmo se os senhores virem agora...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor conhece depósito em algum outro Estado?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, eu só fui ver o do Exército.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Do Exército.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a munição, como é que fica? Sem o menor controle. Bom, tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de acrescentar?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É o Exército, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essas cópias, eu fico com elas para a gente dar uma olhada.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu agradeço, de qualquer jeito.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Mas isso vai ficar solto assim mesmo?
Não tem problema entregar para o senhor assim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Além de foto, tem informações aí noticiando a situação. Tem informações aí do setor noticiando a precariedade, a completa falta de condições. Então, seria melhor ficar com todo o expediente, não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, eu deixo com o Relator.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Agora, o que eu... Quando eu observei o estado de como as armas se encontravam lá quando eu assumi, eu achei um absurdo aquelas armas no chão, enfim. Aí, perguntei, além da questão do grande número, eu observei que ainda existiam espaços vagos. Então, que esses espaços poderiam ser ocupados por algumas armas. Então, o que me foi dito foi o seguinte: que aquelas armas que estavam ali no chão, quer dizer, na verdade, a bagunça que eu observei ali, os funcionários falaram informalmente que ela se devia ao processo de destruição de 2001. Por quê? Porque como foi uma destruição, o senhor imagina o que são 100 mil armas, imagine que loucura deve ter sido! Então, com isso teve um número muito grande de pessoas transitando num espaço que fisicamente não comportava. Então, não tinham o cuidado de quando uma arma caía de botar no mesmo lugar, de ver se a etiqueta estava presa. E a displicência, não é, como foi operada, a arma caía e ali ficava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como é que foi feita essa destruição, só de curioso?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Eu não sei dizer para o senhor. O que me passaram foi isso. Fizeram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Cem mil armas é arma para caramba.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Cem mil armas. Então, muita gente, muita gente dentro do cofre — a gente chama o depósito de cofre —, muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O metro quadrado deve caber 25 armas, se tu fizeres um...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor falou que as ordens recebidas eram do chefe da polícia...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Ou do subchefe, ou do chefe de gabinete.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor alguma vez recebeu alguma ordem do Secretário de Segurança Pública, algum pedido para concessão de armas?



O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, até porque ele nem se dirigiria a mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, não é?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, nem se dirigiria a mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nem de uma outra autoridade?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não, nem se dirigiria a mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só destas 3 autoridades?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É. Para fora. As solicitações eram várias, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Mas para fornecer, só dessas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Infelizmente, é um absurdo total o modo como essas armas eram guardadas. E as munições acredo que com muito menos controle até do que as armas, porque munição, para ter o controle adequado, deveria ficar num saco anexo à arma, dizendo que essa é a munição dessa arma. Mas a munição, pelo que eu vi, vai para caixa de papelão lá.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - É, a munição, ela também recebe uma numeração, recebe também o número de cautela. Então, lá tem uma espécie de boxe , mas esses horizontais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas naquelas fotos que eu vi, dentro das caixas ali, não...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Exatamente, só que esses boxes já estão cheios também, não cabem mais. E para ampliar, recurso. E recurso não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, vai para dentro das caixas mesmo.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Nós deixamos, eu deixei lá um projeto pronto de como eu imaginei um controle realmente, embora sempre dependesse do homem, mas que fosse mais fácil, se você quiser chegar para checar, e na época foi orçado em 200 e poucos mil reais, mas também não houve a...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Luiz Carlos, o chefe pedia, você autorizava o Brunet...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...para que fosse liberado. Quem é que pegava essa munição? Era o próprio interessado?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Não. Sempre o Brunet.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas quem levava para... Ele levava lá para... onde é que as pessoas pegavam essas armas e munições?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - No setor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No setor. Elas iam buscar?

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Isso. O expediente chegava e, por exemplo, quando era para dentro da polícia, eu mesmo autorizava.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Quando era fora, vinha da chefia. O expediente vinha, eu despachava no expediente ao setor de armamento patrimonial para atender.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Esse expediente ia para o setor, o Brunet recebia o expediente. Aí, o interessado se dirigia ao setor, pegava a munição, pegava a arma e assinava o livro de cautela, consignando a retirada da arma e da munição, e isso ficava arquivado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E também havia o recibo da pessoa...

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Essa cautela é assinada em duas vias. Por quê? Porque no dia que a pessoa devolver a arma, se devolve a cautela. Mas mesmo assim uma cautela fica arquivada lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Na verdade, eu diria, com bastante tranquilidade, que desconsiderando a precariedade dos recursos — porque eram livros, eram fichas —, o controle era bom. Não era sujeito, claro, à traição, não existe controle para a traição. Mas o controle era convincente, era convincente. Dava tranquilidade para a gente que estava na direção do jeito que mantinha lá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, eu agradeço a presença de V.Sa. V.Sa. está dispensado.

O SR. LUIZ CARLOS DOS SANTOS - Obrigado a todos. Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Antes de chamarmos o Sr. Raul Luiz Diefenbach, eu gostaria de fazer algumas... Havendo *quorum* para deliberar, informo aos Sr. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 46^a reunião. Sendo assim, indago se há...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado.

Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Requerimento nº 173/05, do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita seja reconvidada, na qualidade de testemunha, a testemunha Z para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Como já há um requerimento nesse sentido da Deputada Laura Carneiro, fica prejudicado esse requerimento.

Requerimento nº 174/05, do Sr. Pompeo de Mattos, que solicita seja convocado, na qualidade de testemunha, o Sr. Jair dos Santos Rodrigues para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Existem acusações contra esse senhor e...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas a minha...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do Rodrigues, não. Nós temos do Jair Oliveira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A minha dúvida é em que condição ele teria que ser convocado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É testemunha mesmo, eu acho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele, o Jair?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, eu acho que seria na condição de testemunha.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do tráfico de armas. O meu problema é com o tráfico de armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E não seria o caso de nós agendarmos aí a convocação do advogado do Braccini

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho que sim. Com a sugestão...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - José Maurício Braccini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a sugestão do relatório, fazemos um adendo a esse...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a quebra do sigilo do... foi feita?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sei informar. A Secretaria depois pode informar ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se foi feita a quebra de sigilo ou não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o requerimento, com o adendo do senhor...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - José Maurício Braccini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...José Maurício Braccini. Com o adendo desse senhor, eu coloco em discussão esse requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que o aprovam permanecem como se acham. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento nº 174, com a adição do Dr. Braccini.

Requerimento nº 175, do Deputado Francisco Appio, que requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Adriel José Taparo, por haver indícios de sua pessoa no tráfico ilícito de armas. Essa, inclusive, foi uma denúncia feita aqui em depoimento.

Em discussão. (*Pausa.*)



Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 176/05, do Deputado Neucimar Fraga, que requer a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Nei Machado, por haver indícios de sua pessoa no tráfico ilícito de armas. Até diria que não há mais indício, aí já há certeza.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Feitas as votações da pauta, convido o Sr. Raul Luiz Diefenbach para prestar depoimento a esta Comissão. (*Pausa.*)

Em razão de V.Sa. ser convocado na qualidade de testemunha, pergunto se gostaria de fazer o compromisso de dizer a verdade. (*Pausa.*) Então, poderia ler o compromisso, por favor.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Pois não. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor é coronel da reserva da...

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exatamente, coronel da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Sr. Raul, o senhor esteve envolvido num procedimento policial em que prenderam, na operação, um rapaz...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ricardo Castilho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso, Ricardo Castilho, que estava com 4.500 projéteis ou cápsulas (ou seja lá o nome que seja dado). Sobre esse assunto e sobre tráfico de armas em geral, o senhor tem tempo para poder se manifestar à Comissão.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Parlamentares, senhoras e senhores, bom-dia. Eu gostaria, se V.Exa. permitir, só rapidamente de me apresentar e dizer o que nós fazemos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O tempo é seu.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - E também relatar o ocorrido com o Castilho. Eu sou coronel da Brigada Militar. Em 97, um ano após a reserva, resolvi, com mais um companheiro de farda, fundar uma empresa, cujo objetivo era proporcionar treinamento para os policiais e todos os integrantes da área de segurança. Em 98 até o ano de 2000, aproximadamente, aproveitando inclusive aquela situação de praticamente o real estar paralelo ao dólar, foi propiciado que tivéssemos a oportunidade de levar vários policiais principalmente para os Estados Unidos. Sr. Presidente, excelência, eu estou falando isso para que V.Exas. saibam e conheçam melhor por que eu estou aqui neste momento. Então, até o ano 2000, nós levávamos os policiais daqui do Brasil — Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, todos os integrantes da cadeia de órgão de segurança do Brasil. A partir de 2001, com a advento de 11 de setembro, com a desvalorização do real, começou-se a fazer o processo inverso: policiais americanos vinham para o Brasil e davam o mesmo tipo de instrução e curso. Isso foi até o ano de 2002. Com isso, e graças às nossas viagens para os Estados Unidos, fazendo curso... Nós temos, Sr. Presidente, excelência, nós temos ampla documentação aqui — daquilo que nós falamos, está tudo documentado — e deixo a sua disposição. Então, a partir de 2002, começamos a realizar os cursos aqui no Brasil. E para que isso fosse efetivado, nós tínhamos que fazer algumas parcerias. Por exemplo, fizemos uma parceria com a Taurus. A Taurus, considerando a nossa atividade, considerando que nós já fomos durante algum tempo instrutor da Taurus inclusive, colocou 12 armas calibre 40 à nossa disposição. Encaminhamos um processo ao Departamento Federal de Produtos Controlados, em que foi aprovado. Temos como provar, porque temos esse contrato de comodato. Após isso, fizemos comodato inclusive com a empresa nacional de material bélico, a Embel, que nos colocou 10 armas à disposição. Depois, no ano seguinte, em 2003, recebemos mais 5 armas calibre 380 da Taurus e, em 2004, 4 armas, espingarda calibre 12, da Boito. O que nós fizemos? Nós temos.... Como nós operamos? Nós temos em cada... Praticamente em cada dos 26 Estados brasileiros nós temos um representante, normalmente alguém ligado à área de segurança, normalmente um instrutor. Quando existe a manifestação, a vontade de alguma unidade realizar esse tipo de treinamento... Porque, excelências, o problema é que



hoje, hoje as polícias civis e militares estão mudando o seu armamento, que era o antigo revólver 38 para a pistola calibre 40. E o que acontece? Onde nós entramos aí? Não existem instrutores, pessoal capacitado suficiente para dar instrução para esse pessoal. Então, o que se viu, por exemplo, no Estado de Goiás... O Estado de Goiás recebeu esse armamento, não tinha instrutores para dar a instrução, para colocar realmente esse efetivo na rua, capacitado, por exemplo, com a pistola 40. Logicamente que, consultando a Taurus, consultando o nosso site e nos conhecendo, acabam nos contratando para realizar esses cursos. Além desses cursos envolvendo armamento e munição, nós também realizamos cursos na área teórica, ou seja, gerenciamento de crise, negociação. Mas só para exemplificar, porque não é o caso, não está em pauta. Normalmente, quando se é contratado para realizar um curso, nós entramos com armamento, entramos com material didático, respondemos também, se for deslocamento, pelas despesas aéreas e de hospedagem, e os alunos entram normalmente com a munição; ou são os alunos ou a própria organização entra com a munição. Falando o caso específico do Castilho. O que houve? Inclusive tem, Sr. Presidente, excelência, eu tenho a documentação aqui da consulta de Itu, do Regimento Deodoro, em que existiam 9 oficiais e praças que desejavam fazer o curso. Por quê? Porque o nosso representante na região, o Sr. Emanoel Souza, também é instrutor de defesa pessoal, não lida com armamento. E o que acontece? Existe essa aproximação, a consulta. Esse nosso representante nos consultou da viabilidade de data de 15 a 18 ou 17 de setembro de nós realizarmos o curso lá em Itu para o pessoal do Regimento, mais policias militares e policias civis. Está aqui no e-mail. Foi dito que esta data estava livre, haveria essa possibilidade. Da mesma forma, excelência, só para não cansar ainda os senhores, mas foi enfatizado que nós entrariámos com o armamento, entrariámos com todo o material do curso. Recebi um contato do Sr. Emanoel mesmo, dizendo que o pessoal do Regimento — pessoal policial militar, pessoal civil — estava com problema de conseguir as munições 40, que é de uso restrito. Eu disse a ele que quem eu conhecia em São Paulo e que já tinha — em um curso que realizei em Santo André — feito uma recarga, mas aí de calibre 12, quem tinha condições que eu conhecia era o Castilho. Ele talvez teria condições de suprir essa necessidade deles. Informei ao Castilho também que eu tinha recebido esse contato e que de



repente ele receberia esse contato lá de Itu para fornecer a munição. Dois dias antes da realização do curso, dia 12 de setembro, recebi uma ligação do Castilho em que ele me informou que a munição estava pronta, mas é em torno de 3 mil e 500, 3 mil e 700, que parece que foi o que foi apreendido, 3 mil e 700 cartuchos, que estava pronta. Ele me perguntou se deveria ser entregue em Itu. Aí que eu entrei no circuito. Bom, o que eu respondi para ele: "*Castilho, como eu estou indo para Itu e estou levando armamento, eu posso pegar essa munição e entregá-la para o pessoal*". Combinei com ele: "*Como eu estou indo de Porto Alegre para Guarulhos, você me encontra lá na sala da TAM, na sala VIP da TAM, que eu vou receber essa munição e vou transportar*". Depois de meia hora de espera recebi uma ligação do Castilho, quando ele disse que estava com problema de atraso, estava com uma série de problemas, e perguntou se eu não poderia deslocar para um ponto mais próximo, tipo a Marginal Tietê, que ficaria perto da casa dele — gostaria de frisar que não conheço, não sei onde é que ele reside. Então, o único lugar que eu conheço por ali e que é de domínio público e fácil acesso seria o Center Norte. Aí, eu disse para ele: "*Olha, no estacionamento que fica em frente ao Carrefour*". E ainda detalhei mais: "*Além desse estacionamento que fica no Carrefour, eu sei que do lado do Carrefour tem o Mac Donald's. Eu estarei com o meu carro parado no Mac Donald's. Você encosta do lado e você transfere essas munições para mim*". Não perguntei para ele se ele tinha guia de trânsito, porque na medida em que ele disse, perguntou para mim o que eu achava em ele levar de São Paulo para Itu essa munição. Eu achei que ele estava devidamente documentado. Quando cheguei lá, eu vi quando o Castilho vem na minha direção já com o Dr. Tarso e 2 agentes. Incontinenti o Dr. Tarso me interrogou e perguntou: "*Quem o senhor é?*" Me apresentei. "*O que o senhor tem no veículo?*" Eu disse: "*Eu tenho 12 armas calibre 40*". "*Então, abra o porta-malas, que eu quero ver*". Mostrei, incontinenti, tanto a documentação como as armas. Conferiu. E disse: "*Coronel, o senhor vai ter que ir conosco na sede da Polícia Federal*". Eu disse: "*Sem problema*". Fomos lá, foi lavrado o auto de prisão em flagrante do Castilho. E, na ocasião, eu configurei como testemunha. As armas foram vistoriadas, a documentação foi verificada. Estava tudo de acordo. E eu fui liberado, naquele mesmo dia, tipo 18 horas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor sabe me informar, Coronel, se os alunos lá de Itu deram cápsulas para o Castilho?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não sei. Inclusive, excelência, eu vou inclusive saber agora, porque casualmente esse curso, que não saiu, vai ser realizado agora sexta, sábado e domingo. Então, eu tenho condições de verificar se realmente eles deram essas cápsulas, como é que foi que o Castilho conseguiu recarregar esse número de cartuchos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Além da guia de tráfico, a nota fiscal sairia em nome de quem?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - A guia de tráfico e a nota fiscal teria que sair em nome do Regimento Deodoro, assim como nós temos os documentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o Castilho não tinha nada disso.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Que eu saiba, não tinha nada disso, nem nota fiscal, nem essa guia de tráfico. Excelência, se V.Exa. quiser dar uma verificada, aqui está a nota fiscal e aqui é a guia de tráfico casualmente das armas que serão conduzidas agora lá para Itu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, se ele lhe desse esses cartuchos sem a guia de tráfico e a nota, logicamente o senhor não aceitaria.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não aceitaria. Não aceitaria, porque haveria um deslocamento de São Paulo para Itu e no meio do caminho o veículo poderia ser parado e eu estaria numa situação totalmente irregular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor conheceu o Castilho onde?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Eu conheci o Castilho quando eu ministrei um curso que ele convidou até para ministrar o curso de calibre 12, como eu havia lhe falado, excelência, em Santo André. Só que, inclusive, eram para ser 15 alunos, todos policiais civis e militares, acabou sendo o efetivo lá, foi somente 8 alunos, e aí eu conheci o Castilho. Aliás, desculpe, excelência, eu conheci o Castilho antes, isso foi em decorrência... Eu ministrei um curso em Guarulhos de Gerenciamento de Crise e Negociação, porque eu tenho uma formação também, tanto aqui no Brasil como nos Estados Unidos, de gerente de crise e negociador também. Graças a



alguns trabalhos que realizei na minha polícia, inclusive aqui eu tenho um documento, que eu deixo à disposição também, de curso de Gerenciamento de Crise e Negociação que eu ministrei para os oficiais e superiores da Brigada Militar. Então, eu conheci o Castilho, na verdade, foi em Guarulhos, nesse curso de Gerenciamento de Crise e Negociação, onde ele manifestou interesse em organizar um curso, mas aí na área de tiro, em que eu participasse. Então, o primeiro contato, desculpe, excelência, foi lá em Guarulhos, nesse curso de Gerenciamento de Crise e Negociação. E depois efetivamente concretizando esses contatos nesse curso, em uma linha de tiro que era totalmente regular, porque inclusive era de um agente da Polícia Federal em Santo André.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que era totalmente regular.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Regular.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma questão: as cápsulas eram dos alunos do curso?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Deputado Paulo Pimenta, eu não posso dizer. Eu posso saber agora, porque, inclusive, a partir de amanhã, vou ministrar o curso lá em Itu e posso saber se essas cápsulas foram encaminhadas dos alunos para o Ricardo Castilho ou não. Excelência, eu estive viajando, estive 25 dias fora, então, perdi completamente o contato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque esta curiosidade eu tenho: que tipo de nota fiscal faz quando a cápsula é do aluno e é recarregada?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Ele tem que passar — eu vou falar a minha experiência no Rio Grande do Sul —, ele tem de passar com uma nota avulsa devidamente identificada pela empresa, ele tem de passar na Secretaria da Fazenda para que se efetive o trâmite legal. Esse documento deve passar na Secretaria da Fazenda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O manual da prestação de serviço?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Isso, exato. Seria essa nota aqui. Esse é um documento, excelências, do Exército. Esse já é um documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, é interessante, porque ele tem autorização, o Castilho, para recarregar, mas não tem autorização para vender.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele não tem autorização também para tráfico, não tinha guia de tráfico, não é?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não tinha guia de tráfico, que é o documento do Exército, não tinha esse documento da Secretaria da Fazenda. E ainda tem mais: quando o deslocamento é aéreo, ainda precisa de um documento do DAC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu sei tudo isso.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Desculpe, excelência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas a quantidade que ele tinha para recarregar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu só quero entender o seguinte: o senhor encomendou paro o Castilho. O senhor perguntou a ele se ele tinha toda a documentação para isso?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Desculpe, excelência, na verdade, não fui eu que encomendei. Eu referenciei o nome dele para o nosso representante lá, o Emanoel Souza, para informar para o pessoal da Polícia Militar, da Polícia Civil e os oficiais de praça do Regimento Deodoro que talvez o Castilho tivesse condições de fazer essa recarga para eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E eles chegaram a ver se ele tinha documentação para fazer isso?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Eles, os...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Acredito que não. Não tenho essa informação, mas acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque seria uma pergunta natural sua. Já que o senhor ia se encontrar com o Castilho para receber as munições, seria uma coisa natural perguntar: "*Está tudo legal? Está tudo direitinho?*"

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Isso eu já perguntei em vezes anteriores, tanto nessa vez de Santo André, como em outras 2 vezes, que ele inclusive despachou. As transportadoras têm que estar regulamentadas e regularizadas junto ao Exército para fazer esse transporte também. E nas outras 3 vezes estava regular. Agora, a minha falha realmente foi na comunicação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nas outras 3 vezes o Castilho despachou regularmente?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Regularmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas com nota da onde, se ele não tinha firma?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Ou talvez emprestado de alguma outra empresa, fez em nome de outra empresa. Não sei, talvez uma outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fica estranho, porque ele mesmo não tinha firma nem autorização para vender. Então, teria que ser em nome de outro. Veja o perigo disso aí, coronel, é que o Castilho, da mesma forma que vende para fazer treinamento para a Polícia, as informações que nos chegam é que ele vende também para treinamento do PCC.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Excelência, essa aí inclusive eu estou há 3 meses sem dormir, porque o nosso treinamento é justamente para o pessoal que vai combater o PCC. Nós temos registros. Nós treinamos aqui em Brasília o DOE — Departamento de Operações Especiais. Nós treinamos aqui em Brasília o BOP, que é o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar. Nós estivemos agora em Alagoas e em Sergipe treinando o pessoal que faz segurança do Governador. Nós treinamos o pessoal da Base Aérea. Nós treinamos, durante um ano...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso é interessante, mas por que existe, já que o senhor tem uma experiência nesse sentido, por que esses cuidados não são tomados com essas pessoas?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Mas esse cuidado deve ser tomado — e nós tomamos esse cuidado. Se V.Exa. verificar nessa documentação que nós temos, nós juntamos... Não sei se vou ser enfadonho no informar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem alguma documentação do Castilho aí?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não. Aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do Castilho não tem.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não, não tenho. Mas só para V.Exa. ter uma idéia da documentação aqui que está agora com essas 5 armas que estão indo até Itu, tem a guia de trânsito, tem a nota fiscal, tem o certificado de registro meu —



que eu sou instrutor de tiro habilitado para dar instrução com qualquer tipo de calibre — de atirador, certificado de registro da empresa, contrato de comodato dessas armas, o contrato, o estatuto da empresa, a nota...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse curso foi contratado com representante da empresa de vocês lá em Itu?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor não sabe dizer quem é que contratou lá?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Emanoel Souza.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, não, não. O contratante.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - O contratante são os oficiais de praças do Regimento Deodoro, em que o representante desses oficiais de praças é o sargento Augusto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Augusto.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Augusto. E mais policiais militares e policiais civis. Só para V.Exas. entenderem como é que funciona, quando chegam ao local, por exemplo, quando é a unidade, como é o Batalhão PE, aqui de Brasília, que me contrata, quando eu chego aqui que eu vou saber a relação dos alunos. Logicamente que é feito o crivo, é feito o crivo pelo comandante. Quando são alunos de diversas organizações, é feito o crivo, inclusive certidão negativa penal de policiais civis, policiais militares, elementos das Forças Armadas. É feito o crivo, porque nós assumimos um compromisso com o Exército e com os nossos parceiros, que é a Taurus, que é a Boito, de não ministrar instrução para civis, não ministrar instruções para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu ainda não consegui entender muito bem por que o Castilho entrou nesse negócio. Essa munição ponto 40 é vendida por que firma? A CBC?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - A CBC. É a CBC que vende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por que os policiais não compraram da CBC direto paro o curso? Isso é uma coisa que não entrou ainda na minha cabeça.



O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Excelência, se hoje... Eu tenho aqui um modelo também de pedido. Todo pedido de munição hoje que é encaminhado junto ao serviço federal de produtos controlados que são regionais, em nível de Estado, eles, por determinação do Exército, esses documentos devem ir a Brasília, no DFSPC. Chegando em Brasília, são despachados e retornam ao SFPC. Para V.Exa. ter uma idéia, isso aí são 120, 150 dias. Então, hoje o policial que quiser fazer um treinamento, por esse motivo, ele está incapacitado de fazer. Então, por isso que ele começa a procurar nos clubes, começa procurando o pessoal que recarrega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí vai ser ilegal.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Vai ser ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí o próprio policial vai ser ilegal? Quer dizer, não dá para eu entender muito isso! Eu sou policial. Sou Delegado de Polícia Federal e sempre tenho dito para todo o mundo que trabalhou comigo é que a diferença entre policial e bandido é que o policial tem a proteção da lei e o bandido tem a lei contra ele. Agora, se o policial sair da proteção da lei, quer dizer... Eu não consigo entender isso. Eu não consigo entender, por exemplo, a sua parte está toda legalizada, mas o senhor está me dizendo que se quiser munição para o curso tem que fazer de forma ilegal. Aí vai cair no tráfico de arma! Vai ter que parar... Da mesma forma que dão ilegalmente para o policial, eles dão ilegalmente para o PCC, para o Comando Vermelho, para todo o mundo que queira ilegal.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Hoje, policial de qualquer esfera, ele recebe o seu armamento, recebe a dotação de munição. Muitas vezes — eu digo isso em nível de Brasil —, ele sai à rua, depois de fazer o seu curso de formação, depois de executar 20 tiros. Nós sabemos, temos técnicos aqui no assunto, o pessoal que já fez o curso, que com 20 tiros seria a mesma coisa que dar uma direção de um automóvel para uma pessoa depois de receber uma aula teórica. Então, o próprio policial — V.Exa., no tempo em que esteve na ativa, não deveria ser diferente —, o próprio policial sente a necessidade de realizar algum curso e se habilitar. Infelizmente, as organizações não estão dando conta, não têm condições de habilitar esse policial. E muitas vezes nós vemos ocorrências que poderiam ser evitadas, policial matando policial, ou ainda policial matando inocentes, ou ainda policial morrendo porque não tem a técnica adequada para executar o tiro. O pior



ainda nem é ter técnica, é não ter discernimento de quando vai sacar uma arma, quando ele está em legítima defesa diante de uma situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu até devo ter tido uma formação diferente, porque eu, por 4 meses seguidos, dava 50 tiros todos os dias. Então, eu tive uma formação, que eu acho adequada, na Polícia Federal. Mas isso não justifica! Eu não tenho como botar o policial no tráfico de armas para justificar que ele precisa de treinamento. Quer dizer, ele não pode comprar munição ponto 40, se ele tem autorização para portar uma pistola ponto 40?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Ele tem que esperar até fazer os trâmites legais. Solicitar essa munição. Vem para Brasília, de Brasília volta ao seu destino. Inviabiliza, praticamente inviabiliza o seu treinamento ou inviabiliza a compra hoje de munição. A última notícia que nós temos da CBC é que a CBC não está entregando munição de qualquer tipo há muito tempo para esses clubes de tiro — clube de caça e tiro. Então, outra coisa que está crescendo, excelência, é máquinas de recarga dentro desses clubes de tiro, justamente porque, como nós não temos concorrência, no Brasil, só temos a CBC, esses clubes de tiro, clubes de caça e tiro, que são 2 coisas diferentes, estão comprando máquinas e máquinas. Aí compram pólvora, compram ponta, compram o estojo e estão recarregando. E como o atirador pode usar inclusive esse armamento e munição de calibre restrito, eles estão se valendo desses clubes, clubes de tiro e clubes de caça e tiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E que vão fazer, de qualquer forma, de forma irregular também?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Vão acabar fazendo de forma irregular, porque, como V.Exa. falou, o certo seria encaminhar, junto à Polícia Federal ou junto ao SFPC regional, a aquisição de munição. Isso seria o correto. Mas qual é o artifício que está sendo usado hoje? O artifício é associar-se a um clube, associar-se a um clube, receber um certificado de atirador. A partir daí ele pode comprar uma calibre 12, pode comprar um revolver, pode comprar uma pistola e também pode adquirir insumo, pode adquirir uma máquina de recarga, pode adquirir insumos e ele mesmo recarregar. Só com esse aspecto de se associar a um clube de tiro, receber um CR de atirador e aí ele mesmo vai ter sua máquina de recarga, vai ter seus insumos e vai fazer a sua recarga.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não sei, depois tem que ver se foi feita a perícia nessas cápsulas para saber se todas foram recarregadas ou se tinham cápsulas novas nestas 3 mil e 700. Agora fica difícil para eu entender, por exemplo, de onde o policial tirou a capsula, o cartucho de ponto 40 usado.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Usado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu? Mesmo porque a autorização para usar o ponto 40 surgiu agora neste mês.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exatamente. Não para quem... Já existia, para quem estava de serviço, o porte. Quer dizer, a organização paga esse armamento e munição para aquele policial que entrar de serviço. Logicamente que, depois que ele encerra o seu expediente, ele deve ir lá à arrecadação, lá ao almoxarifado e entregar. Logicamente que existe algumas polícias que não adotam esse sistema. Algumas polícias pagam — o termo, excelência, acho que V.Exa. é familiarizado com esse termo — o armamento e pagam a munição, acautelam esse armamento e munição e esse policial fica com esse armamento e munição durante o tempo que ele estiver de serviço naquela organização policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora eu estou impressionado com este fato de que policiais estão usando os vendedores ilegais de cartuchos para poder fazer treinamento. Isso é uma loucura total.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Excelência, o senhor permite? O que existe também, como esses cartuchos que são adquiridos da CBC, o que acontece depois dele deflagrado? Transforma-se em estojo. Esse estojo, de acordo com a compra, ele não tem, aliás, ele não é devolvido para a CBC. Esse estojo fica na unidade, fica no almoxarifado ou é simplesmente às vezes até jogado no lixo. Esse estojo não volta! Então, o que acontece com esse estojo? Esse estojo para ser transformado novamente em cartucho é adicionada a espoleta, é adicionada a pólvora e é adicionada a ponta. Ele está transformado de estojo em cartucho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas isso me preocupa muito, porque se isso fosse... Por que não tem nas polícias uma máquina de recarga e pronto?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Algumas polícias têm. Por exemplo, lá no meu Estado, posso falar, a Brigada Militar tem uma máquina de recarga excelente,



inclusive importada, toda ela automatizada, mas em Porto Alegre. E o que aconteceu? Algumas unidades do interior do Estado começaram inclusive a solicitar a possibilidade de compra de máquina de recarga, porque, V.Exa. sabe, o que está na Capital é a menina dos olhos, ela é suprida primeiro. Aquelas unidades do interior, V.Exa. sabe, nós temos distância de 700, 800 quilômetros, como de Porto Alegre a Curitiba, no interior do Estado. Não chega nunca. Então, algumas unidades de Polícia Militar, e acredito que de polícia também, estão adquirindo e, às vezes — eu não vou fazer uma afirmação leviana —, pode até ser de forma irregular, para suprir com munição para que o pessoal possa treinar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso é absurdo, absurdo total! Quer dizer, na hora que a polícia está no tráfico de munição, aí acabou. Como é que eu vou prender os traficantes de munição se os policiais estão usando dele? O Deputado Luiz Couto tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Coronel Raul, a empresa é de propriedade do senhor e do Sr. Sérgio Roberto Danesi?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem é Sérgio Danesi?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - O Danesi foi instrutor nosso de negociação, o Danesi. Inclusive, nós estivemos ministrando esse curso a convite do Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará, o General Freire — na época era Governador o hoje Senador Tasso Jereissati. Ele foi um dos instrutores e ministrou o curso de negociação. Ora ele foi instrutor de negociação, ora ele foi tradutor-intérprete, porque como nós ministramos 3 cursos lá, excelência, como ele tem inglês fluente, ele também foi tradutor-intérprete de um americano, que veio para cá para ministrar esse curso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É que na página com a propaganda da Quality Police Fire tem o nome do senhor, depois tem o nome do Sr. Sérgio Roberto Danesi. Quer dizer, ele não é proprietário, ele é apenas instrutor.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não, ele é apenas instrutor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quem é o outro sócio do senhor?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - É o Tenente-Coronel César Bayard Castilhos. Ele é um tenente-coronel da reserva também.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor disse que foi um instrutor da Taurus. Quando é que o senhor foi instrutor da Taurus? Em que ano? Em que tempo?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Eu estava na ativa ainda. Tenho que pensar... De 1990 a 95, 96.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mais ou menos 6 anos como instrutor.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Durante 6 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, o senhor, sendo da Brigada, poderia ser instrutor também da Taurus? Tinha autorização para isso?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Posso explicar para V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Eu não usava essa minha qualidade de instrutor de tiro em nível particular. Tanto é que como instrutor de tiro nesse período — está nos meus assentamentos, V.Exa. pode comprovar — nós ministrávamos cursos para o pessoal da Polícia Militar; ministramos o curso de instrutor de tiro, porque fazia 15 anos e nossos policiais acabavam fazendo tudo quanto é tipo de erro; ministramos o curso de instrutor de tiro; ministrávamos um curso a pedido da corporação com o propósito de aproximar os outros poderes; ministramos cursos para Deputados da Assembléia Legislativa — friso: esses Deputados levando seu próprio armamento, levando sua própria munição. Uma vez por mês realizávamos, eu, na qualidade de instrutor, com mais auxiliares, reunindo até o Presidente da Assembléia Legislativa, e depois foi crescendo. O próprio Poder Judiciário, o Presidente do Tribunal de Justiça, uma vez por mês, às quartas-feiras, nós realizávamos esses encontros com os Deputados e a parte com os juízes ministrando essa instrução. Eu nunca utilizei essa condição de instrutor da Taurus com o objetivo próprio de angariar alguma vantagem. Sempre utilizei dentro da minha corporação, seja formando ou especializando os integrantes da corporação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. A empresa de que o senhor é sócio também já participou de cursos com membros da Força Aérea, do Exército Brasileiro, da Polícia da Província de Missiones, na Argentina...

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exatamente.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...Polícia Federal do Rio de Janeiro, Polícia Civil de Santa Catarina. O senhor é o representante da SWAT no Brasil?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Nós somos representantes da HSS, que é uma empresa que reúne... V.Exa., se me permite, gostaria de voltar um pouquinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Lá, em 1998 a 2000, quando começamos a levar policiais do Brasil para os Estados Unidos, numa dessas feitas nos encontramos com uma organização de policiais com sede em Los Angeles, nos Estados Unidos, que eram policiais ligados a operações especiais. Tinha policiais de Los Angeles, tinha policiais do Texas, tinha policiais de San Diego e da Califórnia. E, nessa ocasião ou nesse ínterim, esses policiais da SWAT fundaram uma empresa com o nome de HSS. Tanto é que essa empresa HSS hoje existe na Europa, existe até na Austrália, e o representante dessa empresa no Brasil é a Quality, que é a representante dessa HSS, que reúne o pessoal de operações especiais que, no caso aqui, nós chamamos de operações especiais, que é a SWAT.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando o senhor ia ministrar algum curso como instrutor, a munição era de responsabilidade dos membros, daqueles que iam fazer o curso, dos alunos?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Da organização ou dos alunos do curso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas, no caso, o senhor fazia um contrato com quem? Era com os policiais, era com a Polícia Militar, era com alguma organização associativa dos policiais? Com quem o senhor fazia o contrato?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Excelência, quando envolvia organização, era com a própria organização. Digamos: Polícia Militar do Estado do Ceará, Polícia Militar do Estado de Alagoas, Sergipe...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a própria polícia fornecia a munição?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exatamente. A polícia que fornecia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E as armas utilizadas também eram da polícia?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não. Normalmente, para V.Exa. ter uma idéia, quem leva as armas somos nós, somos nós que levamos as armas. Tanto calibre 12 como 380 e a de calibre restrito, que é a pistola Ponto 40.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E esse curso em Itu era para a Polícia Militar de Itu ou para alguma organização desses alunos que eram policiais? Com quem o senhor fez o contrato para ministrar esse curso lá em Itu?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - O Emanuel Souza, que é o instrutor de defesa pessoal, que estava ministrando o curso para o pessoal do Regimento Deodoro, quando eu disse que tinha essa possibilidade de incrementar as instruções, inclusive aplicar curso de tiro, reuniu 8 ou 9 elementos do Exército. A partir daí, divulgou onde entraram policiais militares e policiais civis. Então, o que acontece nessa ocasião? O contrato é do representante com a Quality e do representante com aqueles elementos que querem fazer o curso. Existe uma prestação pecuniária, porque quando nós nos deslocamos nós precisamos ao menos cobrir despesas de transporte, de hotel, de alimentação, enfim, aqueles gastos normais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E, nesse caso, se a munição era da responsabilidade dos alunos, por que um aluno entrou em contato com V.Sa. quando, na realidade, devia ser a empresa? Ou seja, o representante é que deveria ter feito esse contato para dizer: *"Olha, está havendo esse problema de munição e a gente quer que você indique algo, como é que a gente consegue isso aqui"*. Por que um aluno, do qual o senhor nem recorda o nome, telefonou para o senhor?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Excelência, quem fez o contato foi o Emanuel Souza, que é o nosso representante. Eu não tive contato, em momento nenhum, com aluno do curso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas no seu depoimento prestado à Polícia Federal, o senhor fala que um aluno que o senhor não se recorda o nome teria telefonado, não sei se para o senhor ou para o representante, para dizer que o senhor pegaria uma munição que seria entregue em São Paulo. O senhor recebeu algum telefonema ou foi o representante?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não, foi o representante que fez o contato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, o representante! Está ótimo.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - O representante.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor disse que em cada Estado tem um representante.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor poderia nominar esses representantes em cada Estado?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Pois não. Excelência, só para contribuir, aqui nós temos uma ficha de inscrição, que eu trouxe como exemplo a respeito — só para esclarecer mais o que V.Exa. perguntou —, inclusive com documento de identidade, o crivo que é feito das condições...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que essa parte ficou bem entendida, que os alunos passam sempre pelo crivo da autoridade. Eu acho que o que o Deputado Luiz Couto pergunta é interessante. Por exemplo, o senhor indicou o Castilho em São Paulo. Que outros nomes, em outros Estados, o senhor indicaria? Por exemplo, Rio de Janeiro, se fosse fazer um curso, quem daria munição para esse curso lá?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - No Rio de Janeiro, quem tem que ver é justamente o pessoal, ou é o representante junto ao órgão que vai contratar ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas aí, em São Paulo, quem tinha que ver também era o pessoal e o senhor indicou um...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era o Emanuel, não é?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Sim, era o Emanuel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor indicou o Castilho. Que outras indicações pelo Brasil afora o senhor pode fazer e pode dizer de pessoas que lidam com isso?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Ah, na recarga de munição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Na verdade, excelência — não sei se eu não me fiz entender —, eu não indiquei o Castilho, eu disse que ele poderia resolver o problema, isso supondo que ele ia recarregar com um guia de tráfico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tudo isso eu entendi.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Correto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora fica difícil até de saber porque o Castilho tem autorização para recarga, mas para recarga para ele. Ele não tem autorização para recarga para vender. A autorização dele é restrita à recarga para uso dele, que se diz atirador. Ele não tem autorização para vender. Mas a pergunta é simples, coronel. Da mesma forma que o senhor disse que o Castilho poderia resolver o problema, em outros Estados quem poderia resolver o problema? Ou sempre o senhor indicava o Castilho?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não, não. O Castilho eu só indiquei essa vez. E nos outros Estados, excelência, eu não tenho conhecimento de alguém que pudesse suprir, porque normalmente, como disse anteriormente, ou a organização fornece ou aqueles que vão realizar o curso, através de clubes de tiro, de clubes de caça e tiro, por serem sócios e por terem direito, vão se suprir. O único que eu conheço — e é aqui em São Paulo — é o Castilho. Quer dizer, conhecia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso, o senhor ia falar também dos representantes dos Estados, não é?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor pode depois entregar a relação? Eu quero saber quem é o representante na Paraíba.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - No Nordeste, acontece um fato...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem em cada Estado?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não tem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem um na Região.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exatamente, tem um representante, que é um capitão, que é da Polícia Militar de Alagoas. Agora mesmo, nós estivemos lá em Sergipe — é próximo, não é? Mas já existe contato, inclusive, com a Paraíba, para realizarmos cursos lá, mas todos eles feitos contatos com o Capitão Bolivar, que é da Polícia Militar de Alagoas. Aqui, por exemplo, em Brasília, é um tenente-coronel, um tenente-coronel da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, da reserva, o Tenente-Coronel Fagundes. Em Goiás, é um capitão também, Capitão Brum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Quer dizer, no Nordeste tem um representante que é de Alagoas, que é esse capitão.



O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exatamente, da Bahia até o Maranhão, é um representante só.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qualquer curso naquela região tem que ser feita a intermediação via esse capitão?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exato. Qual é o objetivo? É que aquelas demandas administrativas, como, por exemplo, o crivo, que nós achamos muito importante, daqueles que vão fazer o curso seja feito por ele, porque nós não conhecemos, nós não temos acesso. Senão, nós só receberíamos a relação lá no Rio Grande do Sul, acharíamos que os 12, 15 estariam aptos a realizar o curso; se não fosse feito o crivo, nós administraríamos esse curso para bandido, e não é esse o nosso objetivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Coronel, o senhor sabia que naquele dia, lá em São Paulo, o senhor ia receber 3 mil cartuchos para aquele evento?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Sabia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sabia.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Sabia, porque combinei com o Castilho. Quando ele me telefonou e perguntou: "*Coronel, vou entregar lá em Itu?*" Quando eu disse para ele: "*Olha, eu estou chegando aqui no aeroporto de Guarulhos*". Ele: "*Já estou com o armamento, tudo certo*" — como foi verificado junto à Polícia Federal. "*Como eu estou indo para Itu, eu vou pegar essa munição com você e vou levar para lá*".

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor sabia que ele não tinha autorização de tráfico?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Se soubesse...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não teria...

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não teria passado nem perto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor também ministrou um curso em Bertioga, São Paulo.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exatamente.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Parece que foi nesse curso que o Castilho entrou também na turma. Foi nesse curso?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não, o Castilho supriu, em Bertioga. O Castilho supriu com munição, mas diretamente aos alunos, em Bertioga. Não só em Bertioga, como em Santos também. Foi feito um curso em Santos e outro em Bertioga, em datas diferentes, mas ele supriu diretamente, entregou para os alunos a munição, e nós executamos o curso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E onde foi que ele, mesmo não sendo policial, participou de um curso como aluno?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Ele não participou de nenhum curso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nenhum?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Nenhum. O único que ele diz, ele diz e pediu, ele não recebeu nunca certificado nosso, ele pediu certificado, foi aquele curso em Santo André.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Santo André.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Mas nós não entregamos certificado para ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Ele pediu o certificado, mas por ele não ser policial, inclusive não ter participado, ele fez só a parte administrativa, ele não recebeu o certificado do curso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. De Porto Alegre, o senhor ia para São Paulo, de lá o senhor iria para Itu para ministrar esse curso. Esse curso não foi ministrado?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas tem a previsão de quando ele será ministrado?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Será amanhã, sexta, sábado, domingo. Terá o curso. Inclusive, estou com toda a documentação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas com que munição?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Inclusive, mudou o calibre.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.



O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Por não conseguirem o 40, o calibre passou para 380.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor não vai mais atrás do Sr. Castilho para pegar nenhum caixa de munição?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - De jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem está fornecendo essa munição?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Essa munição é mais fácil. E como esse pessoal — eu não tenho conhecimento ainda, excelência — deve ser atirador e são todos militares, policiais, eles devem ter adquirido essa munição de 380. Tanto é que a documentação está aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está bom, ótimo. Sr. Presidente, estou satisfeito com as questões que fiz e com as respostas do Coronel Raul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Apenas para encerrar, é muito fácil traficar arma. E o senhor tem experiência, conversando com policiais e tudo o mais, dando esses cursos, o senhor tem essa experiência. Quero deixar bem claro que não tem nada a ver com a atuação do senhor, que eu vejo que é toda documentada, toda direitinha. Mas do mesmo jeito que o senhor faz documentado, deve ter gente que anda por aí sem documento nenhum e fazendo tudo isso. Então, mais a título de colaboração, com o que o senhor ouve por aí, quais são as maiores facilidades que se tem para o tráfico de armas e de munição?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Excelência, não sei. Pelo meu posto, devo dizer isso. Aqui mesmo dentro desta sala, nós temos alguns policiais federais que já me conhecem, alguns policiais federais que já fizeram curso comigo. Não sei. Pela minha vida pregressa, o pessoal não chega nem a comentar, nem de longe. O que sabemos, V.Exa. sabe muito melhor do que eu. Lá no meu Estado, naquela fronteira seca de Livramento e Riviera — isso é informe, não é informação —, ali deve estar passando. Mas, realmente, essa informação gostaria de ter para V.Exa., mas por quê? Ou a gente está de um lado, ou está do outro. Eu espero sempre continuar do lado que estou. Desde 20 de fevereiro de 1967, quando ingressei na Polícia Militar, decidi pelo lado do bem e continuo até hoje. Tanto é, excelência, se V.Exa. me permitir, o nosso Governador Germano Rigotto, agora, 18 de novembro, me outorgou uma medalha de mérito do ensino — mesmo eu estando na reserva há



10 anos — fruto desse trabalho que eu desenvolvo. Então, infelizmente, excelência, eu não posso e não tenho realmente condição de lhe auxiliar, porque, repito, creio que pela minha postura o pessoal não me procura, não me dá acesso a tráfico de armas, tráfico de munição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas o senhor entendeu errado, não é que o pessoal lhe procure ou lhe dê acesso, o senhor lida com a nata das polícias.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a nata das polícias conversa, dizendo: “*Olha, o senhor faz tudo certinho, mas o que nós já vimos aqui foi fulano, beltrano, sicrano*”. E conversariam naturalmente. Até por respeito ao senhor, eles fariam questão de dizer: “*Olha, da mesma forma que a gente tem esse trabalhão todo para fazer um curso, os caras lá conseguem de forma muito mais fácil, muito mais tranquila*”.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Infelizmente... Eu gostaria de dar uma resposta positiva, mas como eu dou o curso para o pessoal da Aeronáutica, para o pessoal do Exército, como V.Exa. falou, para os Grupos de Operações Especiais das Polícias Militares, Policias Civis, nunca alguém comentou isso comigo. O que o pessoal, de repente, comenta é que o camarada — aquilo que eu falei para V.Exa. —, o suspeito está associado a um clube, e aí os clubes têm que ser realmente verificados. Qual é o interesse do clube? Quanto mais associados, mais ele arrecada. Esse camarada — e tem que se cuidar disso —, de repente, está adquirindo uma arma; de repente, está adquirindo uma máquina de recarga; de repente, está adquirindo insumos para produzir cartuchos de diferentes calibres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quantos cursos o senhor deu no Brasil nestes últimos 2 anos?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Em torno de 40. A média é 2... Com uso e sem uso de arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, com uso de arma.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Com uso de arma, vamos restringir de 40 para 24, 25, porque a maioria dos cursos é com pistola.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E onde acharam a munição para esses cursos?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Como disse para V.Exa., se V.Exa. verificar, eu elenquei aqui, e isso pode ser comprovado, foi ministrado um curso no Batalhão de Infantaria da Aeronáutica, o BINFA, aqui de Brasília; a Polícia do Exército; o Grupo de Ação Tática da Polícia Militar; o DOE — Departamento de Operações Especiais. Essas organizações possuem munição para treinamento. Eu acredito que seja o seguinte, no ano anterior...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De onde vem a munição para o curso que o senhor vai ministrar em Itu nesse fim de semana?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Como eu falei para V.Exa., nobre Deputado, agora é que eu vou saber, porque, inclusive, eles disseram que calibre 40 eles não estavam conseguindo. Então, estou levando o quê? Trezentos e oitenta, que é um calibre que não é de uso restrito. Eles devem ter conseguido junto à unidade, tanto os militares como os policiais civis e policiais militares; ou associados a algum clube, onde eles tiveram a facilidade, por serem atiradores, de conseguir essa munição, porque a munição 40 realmente eles não conseguiram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Coronel, acho que o senhor tem que ter uma preocupação. O senhor já quase esteve num flagrante e o senhor me informa aqui que, para conseguir munição para um curso, leva 120 dias, o que tornaria impraticável, não sei o quê. Sob pena de o senhor não ir parar num flagrante, o senhor tem que conversar com o Exército, para tornar mais ágil essa liberação para os seus cursos, ou então dar curso só onde a própria estrutura da polícia tenha recarga desses cursos. Senão o senhor vai ficar que nem Pilatos, lavando as mãos para a munição. Quer dizer: "*Onde vocês arrumaram a munição não me interessa*". E não pode ser assim.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se o senhor escolheu, como disse que escolheu, o lado do bem, não dá para lavar as mãos sobre essa munição que pode vir de bandido. Quer dizer, quando a polícia pede favor para bandido ela vira bandido. Não tem mais como se livrar desse negócio. Quer dizer, se eu estou pedindo favor para bandido para fazer a recarga de um treinamento meu, o



bandido vai cobrar esse favor uma hora ou outra, ou então eu vou fechar os olhos para esse bandido e não vou autuá-lo, que é o caso do Castilho. O Castilho, pelo jeito, é muito falador e tal. Falou bem, até eu gostei, porque ele falou bastante aqui na CPI e falou sobre tudo. E ele mostra esse relacionamento deles com a polícia. Só que nós mostramos pela CPI o relacionamento dele com o PCC. Quer dizer, ao mesmo tempo em que ele tem relacionamento com a polícia, tem relacionamento com o PCC. Aí começamos a entender por que essas organizações criminosas estão-se desenvolvendo cada vez mais. Por quê? Porque a polícia, por ter esse comprometimento, fecha os olhos para esse tipo de conduta. Então, eu acredito que serve de alerta para o senhor, e eu espero que sirva. Esta CPI vai até o meio do ano que vem ainda, e eu espero que não tenha mais nenhum problema relacionado, como esse do Castilho. E eu espero que o senhor saiba que esse curso do fim de semana... Até, depois, eu gostaria que o senhor mandasse para a CPI duas coisas: primeiro, se os alunos realmente deram os estojos para o Castilho recarregar e, dentro dessa pergunta, de onde eles tiraram esses estojos, se deram, de onde eles tiraram esses estojos; segundo, de onde eles conseguiram, agora, a munição para esse curso no fim de semana.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, e quanto custou tudo isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O valor de tudo isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o preço de tudo isso. Espero que quando o senhor disser que alguém pode quebrar um galho, o senhor se informe antes se esta pessoa tem todos os registros. E é fácil. Com as ligações que o senhor tem, é só saber: Fulano de Tal dos Anzóis tem o registro para vender munição? É legalizado? É tudo direitinho? Porque, infelizmente, talvez por não tomar essas precauções, o senhor foi quase parar na cadeia.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Coronel Raul, o senhor disse que tem um curso em que o senhor leva armamento, a arma, e os alunos entram com a munição, e outras vezes trata-se apenas de instrução geral. A média depende de cada local, o



valor, o pagamento desse curso? Qual a média, mais ou menos, de um curso com arma e sem arma?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - A instrução sem arma é em torno de 400 reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quatrocentos reais.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - E a instrução com arma é em torno de 500. Explico o porquê.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Porque a instrução com arma envolve alvos. Os alvos hoje são caríssimos. Cada alvo custa 5, 6 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É 500 sem munição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas é para cada aluno ou no geral?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não, não, é o valor geral que o aluno paga. Quando for envolvendo arma, é 500 reais. Quando não envolve arma, é 400 reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então é o aluno que entra com esse... Quando é a corporação, é a corporação que paga?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - É a corporação que paga. Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso. Quem assinou o contrato do curso em Itu? Quem foi que assinou por parte dos alunos?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Esse contrato foi feito pelo representante, Sr. Emanoel Souza, e os alunos. Quando não é uma organização, é parte de organização. Então, foi parte do pessoal do Regimento Deodoro. Serão 8 ou 9 oficiais e praças e mais policiais militares e policiais civis.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Quer dizer que o contrato é do representante com a Quality, é isso?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Isso. E ele nos encaminha esse documento. E nesse documento, excelência, tem inclusive aqui o sinal, porque, de repente, o que pode acontecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem cópia desse documento?



O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse é cópia?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Esse é cópia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Posso ficar com ela?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Sim, excelência. Nós cobramos um sinal, no caso, 200 reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Porque pode acontecer de um dia antes o policial dizer que não quer fazer o curso e nós estamos lá, deslocamos, fizemos o gasto. Então, ali está o preenchimento do documento, a afirmação dele — porque é uma atividade, quer queira ou não queira, perigosa — de que isenta a organização do curso de qualquer lesão que ele possa sofrer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor tem o contrato, esse agora, com o pessoal de Itu?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não, excelência, eu não tenho esse contrato. Esse contrato é feito com o representante, com o pessoal interessado e depois o representante é que presta conta para mim através desses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor manda depois uma cópia desse contrato, por favor, do seu representante.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que o representante tem uma estrutura como pessoa jurídica, para receber isso aqui, ou é pessoa física?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Não, não, pessoa física.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pessoa física. Os alunos fazem inscrição e pagam para ele?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele dá um recibo para os alunos e depois presta contas com a Quality?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Com a Quality ou comigo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí ele tem também a parte dele?

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Normalmente ele tem 10%, porque ele tem custo. Nós levantamos esse custo. Ele tem custo porque ele usa a ligação



telefônica, ele usa o seu veículo, ele tem algumas despesas do curso. Então, para que ele tenha o mínimo de ressarcimento de suas despesas, nós damos 10%.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu vou dispensar o senhor, coronel, e pedir só para me mandar essas informações. No futuro, o senhor tome mais cuidado com essas pessoas de recarga e busque uma solução para o seu problema. Já que o senhor deu cursos para o Exército e para a Aeronáutica, converse lá com o Exército para que o senhor possa fazer uma liberação adequada, regular, dentro dos trâmites legais para cada curso e que o senhor já possa até informar: "*Olha, se precisa, está aqui*". O senhor pede para o curso tal que em menos de 120 dias vai sair.

O SR. RAUL LUIZ DIEFENBACH - Sim, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho que é algo normal a se fazer. Agradeço a V.Sa. a presença.

Comunico aos senhores membros que o Deputado Arnaldo Faria de Sá fora designado para representar, no último dia 1º de dezembro, o Presidente desta Casa no almoço em homenagem ao Embaixador de Portugal no Município de São Paulo. Isso é para justificar a ausência de S.Exa. aqui.

Comunico, ainda, o recebimento do ofício do Deputado Francisco Appio justificando sua ausência na reunião do dia 1º de dezembro do corrente por motivos de compromisso político-partidário no Estado do Rio Grande do Sul.

Na semana que vem haverá reunião da CPI na quarta-feira, porque quinta-feira será o último dia de trabalho. A Comissão não pode funcionar durante o recesso, senão haverá contagem de prazo da CPI. Então, vamos funcionar no penúltimo dia, quarta-feira, e a partir do dia 15 estaremos em recesso, o que já foi discutido e votado aqui. Voltaremos dia 15 de fevereiro.

Na quarta-feira que vem ouviremos justamente as duas testemunhas presas que não puderam vir hoje. Deputado Luiz Couto, espero que o pessoal seja ágil e cumpra a solicitação de V.Exa., que as testemunhas estejam aqui para ser ouvidas.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.